



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIANA PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

**CAMPINA GRANDE
2021**

MARIANA PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso De
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Infantil.

Orientador: Prof. Dra. Lenilda Cordeiro de Macêdo.

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729e Souza, Mariana Pereira de.
Educação infantil em tempos de pandemia [manuscrito] :
uma análise das políticas e práticas pedagógicas em
municípios paraibanos / Mariana Pereira de Souza. - 2021.
57 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Lenilda Cordeiro de Macêdo ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Pandemia. 2. Tecnologia. 3. Políticas públicas. 4.
Educação infantil. 5. Políticas públicas. 6. Paraíba. I. Título
21. ed. CDD 371.9

MARIANA PEREIRA DE SOUZA

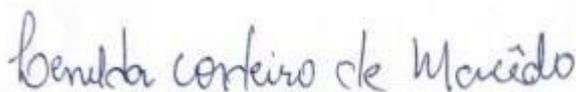
EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MUNICÍPIOS PARAIBANOS

Trabalho de Conclusão de Curso DE
Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Infantil.

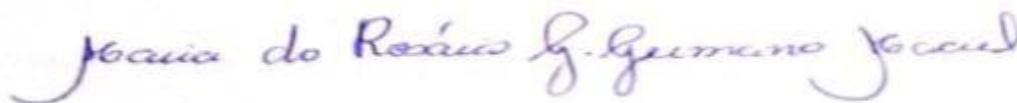
Aprovada em: 14/12/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Lenilda Cordeiro de Macêdo (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Maria do Rosário Gomes Germano

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Fabíola Mônica da Silva Gonçalves

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

A Deus por suas bênçãos em minha vida, por me dar sabedoria e discernimento para chegar até aqui, pois sem ele eu nada seria.

A meu pai (In memoria), que mesmo não estando presente fisicamente está em meu coração, a minha mãe e meu irmão, pois sempre estiveram presentes na minha vida, me amando, cuidando e me incentivando a prosseguir na educação.

A meu esposo e amor da minha vida Valterlins, por ser meu exemplo na educação, por me ajudar nas longas madrugadas em claro e por me incentivar a cada dia ser melhor, sem você eu não chegaria ao tão sonhado ensino superior, e é por isso que dedico essa conquista a você.

A minha melhor amiga Layse, que muito me ajudou e tornou meus dias a caminho da universidade mais alegres e divertidos, sem você essa caminhada seria dura.

As minhas amigas de curso Paloma Laís e Mariana Olegário que compartilharam todas as lutas durante esses quatro anos, obrigada por toda ajuda e colaboração durante essa jornada.

A minha orientadora Lenilda que acreditou no meu potencial há três anos, me escolhendo para fazer parte do Programa de Iniciação Científica. Muito obrigada por todos os ensinamentos compartilhados, dedicação, orientação e principalmente por me transmitir o amor pela Educação Infantil.

Aos componentes da banca de defesa por sua participação, leitura atenciosa e por suas importantes contribuições.

A todos os professores da minha graduação, que corroboraram com o meu crescimento, compartilhando conhecimentos que foram fundamentais para minha formação.

RESUMO

O atual cenário gerado pela COVID-19 provocou uma crise de emergência em saúde pública, em todas as esferas da sociedade. Na educação, em especial ocorreram mudanças repentinas. Nosso principal objetivo foi analisar as políticas e ações de cuidado e educação das crianças de 0 a 5 anos, no contexto de pandemia, em instituições de educação infantil paraibanas além de compreender quais os principais limites e desafios enfrentados pelos professores, crianças e famílias. A pesquisa foi realizada em 8 municípios paraibanos. Utilizamos a metodologia qualitativa tendo como técnica de produção dos dados um questionário elaborado no aplicativo google forms. Nossos principais interlocutores foram: Campos e Durlí (2021), Macêdo e Dias (2006), Cordeiro (2021), dentre outros. Os resultados apontaram que, apesar dos pareceres e portarias lançados durante a pandemia, por órgãos governamentais, constatamos que esses atores políticos não levaram em consideração a real especificidade da Educação Infantil nesse processo. Professores necessitaram trabalhar mais, pois precisavam ministrar aulas em formato remoto e elaborar tarefas para as crianças que não possuíam acesso à internet, as famílias precisaram auxiliar as crianças a realizarem as tarefas escolares, mesmo sem formação específica, para tal tarefas e as crianças foram confinadas em suas casas, sem contato com professores e outras crianças tendo que se adaptar à nova realidade, confinadas em suas casas, sem interagir e brincar com seus pares. Por fim, mesmo com inúmeras tentativas de continuidade das atividades, no formato não presencial, muitas famílias se encontram em situação de pobreza dificultando, assim a participação das crianças nas atividades remotas. Essa dificuldade se ampliou, em virtude da ausência de políticas públicas que garantissem o acesso e participação das crianças às atividades remotas, com um mínimo de qualidade, através da oferta pública de internet e equipamentos eletrônicos adequados às necessidades das crianças. Face ao exposto, concluímos que a oferta de ensino não presencial, nos municípios pesquisados, foi precária e excludente, sem a necessária formação e garantia de condições de trabalho adequadas aos professores para exercerem a docência, além de responsabilizarem as famílias, para além daquilo que se constitui sua função.

Palavras-Chave: Pandemia. Educação Infantil. TDCs.

ABSTRACT

The current scenario generated by COVID-19 caused an emergency crisis in public health in all spheres of society. Our main objective was to analyze the policies and actions of care and education of children from 0 to 5 years old, in the context of the pandemic, in institutions of early childhood education in Paraiba, besides understanding the main limits and challenges faced by teachers, children and families. The research was carried out in 8 municipalities of Paraiba. We used the qualitative methodology, having as technique of data production a questionnaire prepared in the google forms application. Our main interlocutors were: Campos and Durli (2021), Macêdo and Dias (2006), Cordeiro (2021), among others. The results pointed out that, despite the opinions and ordinances issued during the pandemic by governmental bodies, we found that these political actors did not take into consideration the real specificity of Early Childhood Education in this process. Teachers needed to work more, because they had to teach classes in a remote format and prepare tasks for children who didn't have access to the Internet; families needed to help children to do their homework, even without specific training for such tasks; and children were confined to their homes, with no contact with teachers and other children having to adapt to the new reality, confined to their homes, without interacting and playing with their peers. Finally, even with numerous attempts to continue the activities in the out-of-class format, many families are in poverty, making it difficult for the children to participate in the remote activities. This difficulty has increased due to the absence of public policies that would guarantee the access and participation of children in remote activities, with a minimum of quality, through the public offer of internet and electronic equipment suitable to the children's needs. In view of the above, we conclude that the offer of non-presence education in the researched municipalities was precarious and excluding, without the necessary training and the guarantee of adequate working conditions for teachers to exercise their teaching profession, in addition to making families responsible, beyond what constitutes their function.

Keywords: Pandemic. Early Childhood Education. TDCs.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1- Aceitação das atividades não presenciais.....	34
Gráfico 2- Formação continuada para os professores na pandemia	36
Gráfico 3 - Aparelhos utilizados nas aulas remotas	39
Gráfico 4 - Ferramentas e tecnologias utilizadas nas aulas remotas	40
Gráfico 5 - Atividades propostas para as crianças.....	43
Gráfico 6 - Limites e desafios enfrentados pelas crianças e famílias com as atividades não presenciais	45
Gráfico 7 - Limites e desafios enfrentados pelos professores e gestores no ensino não presencial.....	46
Gráfico 8 - Participação das crianças nas aulas remotas	48
Gráfico 9 - Integração das secretarias para implementação de políticas.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	10
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	13
4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA	22
4.1 O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Infantil	27
5 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A PANDEMIA	31
5.1 As Atividades de Ensino Remotas na Educação Infantil	31
5.2 Aparelhos e plataformas utilizadas nas aulas remotas	38
5.3 As Tecnologias na Educação Infantil no Contexto da Pandemia	40
5.4 Limites e desafios da Educação Infantil na pandemia	44
6 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

A pandemia decretada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde - OMS suscitou o caos em esfera mundial gerando, assim incertezas e emergência na saúde pública. De acordo com o Ministério da Saúde a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARSCoV-2. Por se tratar de uma doença que é rápida na forma de contágio e que evolui para casos extremamente graves tornou-se necessário o distanciamento social entre as pessoas. Com esse momento onde o contato com outras pessoas colocaria em risco a saúde de todos, no dia 17 de Março de 2021 o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 343 do Ministério da educação (MEC) (BRASIL, 2020a) que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas que utilizem tecnologias da informação e comunicação. Com a emergente crise na saúde pública houve a paralisação de cem por cento das atividades em escolas e creches no Brasil, com isso o ensino não presencial passou a ser a alternativa mais viável para a continuidade das aulas durante a pandemia.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada pelo projeto de iniciação científica “A Educação Infantil no contexto de pandemia e pós-pandemia” cujo objetivo principal foi analisar as políticas e ações de cuidado e educação das crianças de 0 a 5 anos, no contexto de pandemia e de pós-pandemia, em instituições de educação infantil paraibanas. Esta pesquisa possui grande importância, pois visou colaborar com a área de estudos das políticas e as práticas voltadas para a educação infantil, visto que nesse momento de pandemia é fundamental entender a reorganização das políticas e práticas pedagógicas, no sentido de possibilitar a manutenção dos vínculos afetivos.

Nossa metodologia caracteriza-se como quali-quantitativa. Utilizamos questionários elaborados no aplicativo google forms. Participaram da pesquisa professores e gestores de oito municípios

A partir de todo esse cenário pandêmico que envolve diretamente a educação observamos a necessidade de pesquisar a fundo sobre os desafios enfrentados pela Educação Infantil nesse momento de Pandemia, pois abordar essa temática é de suma importância para compreender como se deu a primeira etapa da educação básica no modelo remoto e os impactos ocasionados a curto e longo prazo na educação.

Este texto está estruturado da seguinte forma: capítulo I, “Breve Histórico Sobre a Educação Infantil”, onde discutiremos a concepção de criança e a creche ao longo da história,

no capítulo II “A Educação Infantil e a Legislação Brasileira” trataremos da trajetória da educação Infantil perante as bases legais no Brasil, percorrendo a Constituição Federal (1988) até a Base Nacional Comum Curricular (2018). No capítulo III “A Educação Infantil no Contexto de Pandemia” a ênfase é dada a essa etapa da educação na Pandemia, quais foram os pareceres e decretos destinados a esse segmento, o uso das tecnologias e a concepção privatista presente na agenda do governo federal para a educação infantil, nesse momento de calamidade pública, por fim, o capítulo IV “A Educação Infantil e a Pandemia” aborda a metodologia, os resultados e discussões dos dados coletados e analisados a partir da pesquisa realizada. Por ultimo as conclusões realizadas a partir de todas as análises e todas as referências utilizadas no decorrer do texto.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A criança ao longo de toda a história da humanidade já possuiu diversas visões e significados. A cada era as pessoas consideravam as crianças de formas diversificadas e por muito tempo a criança não foi vista como sujeito histórico. Nas sociedades primitivas as pessoas consideravam a diferença das crianças para os adultos apenas no tamanho, por isso as crianças eram afastadas de suas mães muito cedo, e isso era feito para que elas pudessem aprender mais sobre as formas de sobrevivência e trabalho.

Na idade média a criança era vista como um homem em miniatura, portanto não era vista como sujeito de direitos, mas como ser insignificante, digno de assistência. “A criança era, portanto, diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (ARIÈS, 1981, p.14). Por vezes, as crianças eram separadas de suas famílias para que aprendessem a trabalhar e, assim se tornarem importantes para a sociedade emergente.

No renascimento surgiu uma nova visão sobre a infância, isso se deve ao fato da influencia da igreja, que passaram a retratar as crianças como anjos em suas pinturas.

Durante o século XIV e, sobretudo durante o século XV, esses tipos medievais evoluíram, mas no sentido já indicado do século XIII. Dissemos que o anjo-adolescente animaria ainda a pintura religiosa do século XV, sem grande alteração. Por outro lado, o tema da infância sagrada, a partir do século XIV, não deixaria mais de se ampliar e de se diversificar: sua fortuna e sua fecundidade são um testemunho do progresso na consciência coletiva desse sentimento da infância. (ARIÈS, 1981, p.20)

No que se refere à creche, podemos afirmar que, ao longo da história passou por diversas mudanças, inicialmente não possuía a finalidade de educar como conhecemos hoje, sua função era, única e exclusivamente, para retirar as crianças das ruas, pois por vezes estas eram consideradas como marginais e não eram vistas como algo bom para a sociedade. Conforme o tempo foi passando, esse segmento começou a atender esse público de uma forma diferente, agora, essa instituição servia para o controle de doenças, entrando nesse contexto o movimento higienista, responsável pelo cuidado e controle de doenças da época. As pessoas responsáveis por esse movimento acreditavam que a sociedade só poderia evoluir a partir do controle das doenças e que este era o principal atraso da sociedade, por isso tiveram grande importância. “Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação

dos serviços e inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil” (KUHLMANN, 1998, p.91)

É possível constatar que esse movimento se tornou responsável por uma nova visão da criança na sociedade e sobre qual era o lugar que elas deveriam ocupar. Para eles esse segmento deveria ser cuidado e observado de uma forma especial, pois a higiene e os cuidados especiais deveriam surgir desde a mais tenra idade, portanto cuidando, desde cedo destas questões, as crianças conseqüentemente passariam os hábitos de higiene para seus familiares.

Outro ponto crucial para o desenvolvimento da creche foi no momento em que a grande demanda da indústria aumenta e, conseqüentemente a mão de obra dando espaço para que as mulheres assumissem a função de operárias. A partir do momento em que as mulheres começaram a trabalhar nas indústrias surgiu a necessidade de um local para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam. A princípio, estes locais não possuíam inspeção, e com isso muitas crianças eram acometidas de doenças e levadas até a morte, pois não existia um cuidado especial. Segundo Oliveira era comum ocorrerem turmas com grande número de crianças:

O básico, todavia, para os filhos dos operários era o ensino da obediência, da moralidade, da devoção e do valor do trabalho, sendo comuns propostas de atividades realizadas em grandes turmas, muitas delas com cerca de 200 crianças. nas salas de asilo parisienses, que foram logo disseminadas pela Europa e chegavam até a Rússia, era freqüente que grupos de até cem crianças obedecessem a comandos dos adultos dados por apitos. (OLIVEIRA, 2011, p. 61)

Constatamos que sempre houve a distinção no ensino entre as classes altas e baixas da população, enquanto os filhos dos mais ricos possuíam os melhores professores e os ambientes mais adequados, os filhos das operárias deveriam aprender, sobretudo a obediência e a devoção ao trabalho desde cedo, sem falar na quantidade de crianças que ocupavam cada sala.

Com os avanços que ocorriam no mundo, em relação à ciência, inclusive na psicologia, cuja contribuição para uma nova visão da criança foi muito importante, visto que se inaugurou uma nova perspectiva sobre estes sujeitos e a importância do seu desenvolvimento e aprendizagem. Com o avanço da ciência a psicologia e a educação passaram a estar intimamente relacionadas, como afirma Antunes:

Pode-se afirmar que o processo pelo qual a Psicologia conquistou sua autonomia como área de saber e o incremento do debate educacional e pedagógico nas

primeiras décadas do século XX estão intimamente relacionados, de tal maneira que é possível afirmar que psicologia e educação são, historicamente, no Brasil, mutuamente constituintes uma da outra. (ANTUNES, 2008, p. 471).

Outra área que ganhou destaque nos últimos anos é o campo de estudos da sociologia da infância, este buscou cada vez mais o aprofundamento dos estudos sobre a infância e a criança em sua interação com a sociedade. Anteriormente, se dedicavam mais à sociologia da educação de uma forma geral, mas foi vista a necessidade das interações sociais das crianças e os seus impactos no desenvolvimento infantil.

Com todos os avanços educacionais e, passando por muitos séculos de invisibilidade, a criança, nas últimas décadas vem ganhando um lugar de destaque, sendo considerado sujeito de direitos, ator social, produto e produtora de cultura, portanto protagonista na história.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Foi instaurada uma nova visão sobre a criança, como sujeito de direitos, desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1958, porém, um ser em processo de desenvolvimento, com necessidades específicas vivenciadas nessa fase da vida. A necessidade de garantir os direitos das crianças, através da democratização do acesso, incluindo a oferta da educação infantil e a garantia da qualidade dos serviços intensificou-se, através das lutas dos movimentos sociais.

Como marco nesse novo momento voltado, agora para a educação infantil, é possível destacar, como ponto de partida em nosso país a Constituição Federal de 1988. Compreendemos que, até chegar a esse momento específico grandes foram às lutas para o reconhecimento e a garantia da Educação Infantil, em âmbito nacional, com isso, a Constituição expressa um aparato de especificações sobre toda a educação brasileira e, em especial, a Educação Infantil, que aparece pela primeira vez como um direito na legislação brasileira sendo estes direitos consagrados, nacionalmente, no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990

Em seu capítulo III e em seus artigos 205 aos 214 encontraremos os direitos e deveres acerca da educação brasileira, que passou a ser um direito de todos e dever da família, do estado e da sociedade. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, art. 205). A educação deve ser garantida a todos os brasileiros, sem qualquer distinção. Em face do exposto no artigo 205, o direito a educação deve ser assegurado a todos, indistintamente.

No que se refere, à Educação Infantil encontramos no artigo 208 o seguinte: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - educação infantil, em creches e pré-escolas, às crianças, até 5 (cinco) anos de idade;” (BRASIL, 1988, art. 208, inciso IV). Portanto, o Estado torna-se responsável, a partir desse momento, pela Educação Infantil, que deve ser garantida para todas as crianças de, até cinco anos de idade e essa garantia se refere a creches e pré-escolas. Vale ressaltar, que na Constituição Federal também estabelece a responsabilidade da oferta da educação infantil, por meio dos municípios, ou

seja, os municípios são responsáveis por ofertar essa fase do ensino e assegurar, de forma satisfatória, a todas as crianças em idade de até cinco nos. Segundo o Conselho Nacional de Educação, parecer nº 20/2009:

A incorporação das creches e pré-escolas no capítulo da Educação na Constituição Federal (art. 208, inciso IV) impacta todas as outras responsabilidades do Estado em relação à Educação Infantil, ou seja, o direito das crianças de zero a cinco anos de idade à matrícula em escola pública (art. 205), gratuita e de qualidade (art. 206, incisos IV e VI), igualdade de condições em relação às demais crianças para acesso, permanência e pleno aproveitamento das oportunidades de aprendizagem propiciadas (BRASIL, 2009, art. 206, inciso I).

Com isso, por meio da Constituição Federal de 1988 as crianças foram reconhecidas como sujeitos de direitos e a Educação Infantil, do ponto de vista legal, deixou de ter o caráter assistencialista, garantindo, assim a indissociabilidade do cuidar e educar.

Após dois anos da promulgação da Constituição Federal foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A partir desse documento foi reafirmado o status da criança como um sujeito de direitos, que devem ser assegurados, como é possível observar no Art. 4º:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

Como firmado na Constituição Brasileira e, agora concretizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças possuem direitos que se configuram em todos os âmbitos de sua vida e, em especial a educação. Como afirmado, anteriormente esses direitos devem ser assegurados de forma efetiva, para que se exerça a garantia plena da cidadania das crianças. Podemos compreender, mais a fundo a garantia do direito à educação no Art. 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; ((BRASIL, 1990)

É possível compreender que nesse aspecto a educação vai muito além do que apenas ensinar, nesse sentido, a criança tem o direito de participar, de forma democrática do seu processo de formação. A criança, agora detentora de direitos, deve fazer parte de forma

integral do seu processo de ensino, participando e opinando, acerca dos mais variados assuntos.

Para completar as conquistas de garantia de direitos, no âmbito educacional no final do século XX, podemos encontrar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. A LDB foi fruto de inúmeras lutas e esforços, assim como outros movimentos que compactuaram para que tal conquista fosse concretizada. Compreendemos que essa lei é responsável por organizar e definir a educação brasileira, seja ela privada ou pública, desde a creche, até o ensino superior. Em consonância com a Constituição Federal, ela vem regulamentar o capítulo da educação, presente na Constituição Federal.

No tocante a Educação Infantil a LDB/96 a reconheceu, pela primeira vez, como primeira etapa da educação básica e responsável pelo desenvolvimento integral, como podemos encontrar no Título V, Capítulo II, Seção II e Art. 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996, art. 29)

Nesse sentido, a criança é vista a partir de toda sua singularidade e como sujeito de direitos, inovando, assim a concepção de educação voltada para as crianças de zero a cinco anos, em todo o território nacional. Por meio desses documentos citados, anteriormente, os currículos passam por uma modificação e ressignificação, pois a ampliação do conceito de ser criança e seu processo de desenvolvimento torna-se central nessa fase. Podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como peça chave para os avanços, no que se refere a concepção de Educação infantil, pois nesse momento a educação é voltada para a criança e não apenas como suporte assistencialista, entende-se que o educar e o cuidar não podem ser separados, bem como os deveres do governo com essa fase, pois agora é caracterizada como primeira etapa da educação básica.

Em 2009 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esse documento surgiu com o intuito de organizar as diretrizes para a Educação Infantil contribuindo assim com a formulação das Propostas pedagógicas das instituições. No que diz respeito à concepção de Educação Infantil encontramos o seguinte:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial,

regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p. 12).

As Diretrizes foram formuladas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Vale ressaltar que as diretrizes frisam essa etapa como período que cuida e educa, portanto, a Educação Infantil não é a base preparatória para o Ensino Fundamental, mas possui suas especificidades, sendo ela a junção do cuidar com o educar, visto que esses dois atos devem andar em consonância. Vale ressaltar, que nesse documento existe uma grande ênfase nas especificidades do ser criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2010, p. 12).

A criança é pensada como um sujeito histórico e detentor de direitos, que constrói sua identidade, a partir da troca de conhecimentos com sua comunidade. Um ponto crucial, que merece destaque, é que as DCNEI consideram a criança como produtora de cultura, com essa concepção atribuída à criança necessita-se, portanto de uma nova concepção da educação infantil. Portanto, como a criança passou a ser vista a partir de outra perspectiva as práticas curriculares devem ser elaboradas em consonância, com esta visão.

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2010, p. 12)

Portanto o currículo não se encontra pré-estabelecido, mas é construído a partir das vivências e interações das crianças. Levam-se em consideração as aprendizagens das crianças a partir de suas experiências e saberes, em articulação com os conhecimentos produzidos na cultura.

Em seguida, o Plano Nacional de Educação (PNE) política de estado, elaborada e aprovada para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014. A iniciativa de elaboração de um Plano de Educação foi instaurada a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 214 diz o seguinte:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e

modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: **I** - erradicação do analfabetismo; **II** - universalização do atendimento escolar; **III** - melhoria da qualidade do ensino; **IV** - formação para o trabalho; **V** - promoção humanística, científica e tecnológica do País. **VI** - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988)

Portanto, o PNE foi considerado, a partir de 1988, com sua determinação na Constituição Federal, demonstrando sua duração e quais metas deveriam ser alcançadas no decênio. O atual PNE é responsável por estabelecer metas e diretrizes para o desenvolvimento da educação, em âmbito nacional, estadual e municipal. Conta com vinte metas, que abrangem todos os níveis e modalidades da educação, do infantil ao superior, a formação continuada de professores, educação especial e erradicação do analfabetismo. Cada meta possui estratégias, para que possam ser concluídas de forma significativa, visando o pleno desenvolvimento da educação em nosso país.

No que se refere à Educação Infantil, no PNE encontramos como primeira meta a universalização e ampliação dessa modalidade:

META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014, p. 16)

A partir dessa meta, os municípios teriam o equivalente a um ano, para universalizar a oferta de vagas para a pré-escola, isso se refere ao primeiro objetivo da meta. Quanto ao seu cumprimento é possível encontrar, de acordo com os dados fornecidos pela plataforma Observatório do PNE, até o ano de 2016, não ocorreu seu cumprimento, já no ano de 2019, cerca de 94,1% das crianças estavam matriculadas em pré-escolas, ou seja, no mencionado ano de 2019 o primeiro objetivo da meta que seria para 2016 ainda não havia se concretizado. Portanto, uma meta que deveria ser cumprida em um ano, não havia sido concluída em 2019.

Esse resultado reflete a realidade da falta de políticas públicas voltadas para a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, mesmo com todos os avanços e conquistas no campo da Educação Infantil, ainda nos deparamos com grandes desafios, e como ponto chave podemos identificar a falta de políticas voltadas para a democratização do acesso, sobretudo da creche, bem como a privatização dessa modalidade, através da política de vouchers, que direciona recursos públicos para as instituições privadas ofertarem a educação infantil nos municípios.

Restam menos de três anos para o cumprimento do PNE e, em plena pandemia a execução da meta referente à Educação Infantil ainda se encontra distante, pois os órgãos que

regulamentam a educação de uma forma geral andam em consonância com grupos empresariais, concordando com suas exigências, como podemos observar:

Não é difícil perceber o quanto as orientações do CNE estão em “sintonia” com interesses de grupos empresariais que atuam na educação, operando por dentro dos órgãos do aparelho de Estado, como o próprio CNE em sua composição atual, majoritariamente integrado por empresários e intelectuais orgânicos ultraliberais, representantes e representados pelo governo vigente. (CAMPOS E DURLI, 2021, p. 226).

Os interesses empresariais de cunho neoliberal estão ganhando mais espaço na educação, impondo suas exigências e sendo atendidos. Estas empresas com fachadas filantrópicas direcionam sua atenção para à questão do lucro sobre a vida, sem levar em consideração os interesses e necessidades dos envolvidos, ou seja, professores e alunos.

Por fim, outro documento publicado, que inclui a educação infantil e todos os outros níveis de ensino foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). No que se refere à educação Infantil é possível considerar que a BNCC é uma norma, e com ela encontramos avanços e retrocessos, pois

Ao mesmo tempo em que a Base avança na concepção de infância, superando a visão de passividade das crianças em seus processos de educação e de socialização, por outro lado, em seus desdobramentos para a prática pedagógica, o documento se apresenta de maneira bastante prescritiva, baseado em modelos universais de desenvolvimento, se contrapondo à perspectiva de criança como sujeito histórico e social. (BARBOSA, MARTINS e MELO, 2019, p. 158)

Todo ser é singular, não possuímos um molde que se encaixe para todas as crianças, pois cada uma possui suas especificidades e seu próprio ritmo de aprendizagem. Com isso, compreendemos essa ambiguidade da BNCC, quando não considera a criança como sujeito histórico e cultural, que reproduz e produz cultura.

No que tange ao cuidar e educar é possível encontrar na BNCC esse processo como fundamental para execução e consolidação dos direitos de aprendizagem. Compreendendo que essa indissociabilidade é caracterizada como um processo que vem sendo construindo ao longo da história, a BNCC afirma o seguinte:

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem

pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2018, p.36)

A creche é o primeiro ambiente que a criança terá contato, após a saída de seu contexto familiar, nas práticas pedagógicas na educação infantil, sobretudo com os bebês e crianças bem pequenas a educação e os cuidados devem ser vistos como complementação.

[...] o grande desafio posto é assegurar no âmbito das instituições de educação infantil, creches e pré-escolas, as funções de cuidar/educar. O objetivo a ser alcançado é o desenvolvimento integral da criança. Neste desafio, se encontra a amplitude das ações, que não têm como se concretizar se não por meio da integração destas práticas que estão implicitamente ligadas. Tanto nas creches como nas pré-escolas ou instituições equivalentes, a criança tem necessidades e direitos de ser cuidada e educada como um todo. (MACÊDO e DIAS, 2006, p. 7)

Por se tratar do primeiro ambiente fora de seu convívio familiar a educação Infantil deve estar alicerçada nessas duas dimensões, educar e cuidar, pois como afirma MACÊDO e DIAS (2006, p. 7) “Não se concebe uma educação infantil em que não estejam presentes os cuidados com o seu corpo, sua alimentação, sua saúde, seu crescimento e seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.” O público alvo dessa etapa se caracteriza por crianças de 0 a 5 anos, ou seja, em vários aspectos dependem integralmente do auxílio de um adulto. Para sua higiene torna-se necessário ajuda do professor, pois dependendo da idade a criança ainda não consegue realizar essa ação sozinha. Quando se trata do aspecto afetivo é de suma importância a atenção dos adultos para com as crianças, elas passam normalmente o dia na instituição, longe de seus familiares e demonstram necessidade de cuidados e atenção.

No processo do cuidado com as crianças, como alimentação, higiene e sono, existe uma ação educativa, as crianças estão aprendendo novas ações conhecendo como devem proceder e, conseqüentemente vão aprendendo a noção de como executar aquela ação ou comportamento no convívio social. Nesse momento de cuidado a criança cria vínculos com seus professores, pois estão compartilhando saberes, formando relações de proximidade e corroborando com a criação de sua identidade.

É fato que a união da família com a instituição escolar deve ser intimamente interligada, pois ambas são responsáveis pela educação e cuidado das crianças e esse se torna um ponto crucial da BNCC para a Educação Infantil. Como essa fase requer um cuidado maior por se tratar de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas a participação da família deve ser efetiva, participando, inclusive da elaboração da proposta pedagógica das instituições. “[...] Para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais.” (BRASIL, 2018, p. 36 e 37).

Esse documento demonstra diferentes aspectos que devem ser trabalhados ao longo da Educação Infantil, visando o pleno desenvolvimento da criança, não sendo apenas uma proposta preparatória para o Ensino Fundamental. O ensino deve ser ofertado de forma que atenda a todas as singularidades de cada criança, da pluralidade de riquezas culturais que cada família ou comunidade possuem.

No documento encontramos seis direitos de aprendizagem que são propostos para o desenvolvimento da criança nessa fase, sendo eles os seguintes: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Essas condições implicam que as crianças possam aprender a partir de diversas situações, assumindo inclusive um papel central na sociedade.

Os direitos de aprendizagem na BNCC (2018) são os seguintes: 1) Conviver com diferentes pessoas e em diversos ambientes, possibilitando a integralização da criança com o meio, ao qual está inserida, conhecendo as diversas culturas e trocando saberes e experiências, aprendendo e valorizando as diferenças de cada pessoa. 2) Brincar diariamente, de varias formas, em espaços variados e com todos ao seu redor, exercitando, assim sua linguagem, imaginação, criatividade e o acesso a outras culturas por meio das brincadeiras. 3) Participar de forma democrática da tomada de decisões que influenciam diretamente em seu cotidiano, como as atividades ofertadas, brincadeiras, e os ambientes que estarão realizando essas ações, assim estarão expressando sua opinião e se desenvolvendo como sujeitos críticos. 4) Explorar todos os movimentos, gestos, sons, cores, linguagens, texturas, dentro e fora do ambiente escolar, possibilitando assim uma visão de tudo que o cerca. 5) Expressar suas emoções, sentimentos, dúvidas, a partir de diferentes linguagens, fazendo com que a criança consiga expressar tudo o que sente. 6) Conhecer a si mesmo e construir a sua identidade, tanto pessoal, quanto social, criando uma imagem positiva de si e do seu grupo, realizando essas ações nas mais variadas vivencias.

Portanto, a Base nacional Comum Curricular também traz a criança como um ser importante para a sociedade, que cria e recria cultura entre pares, que possui história e que suas especificidades e direitos precisam ser garantidos.

No que se refere ao currículo para a Educação Infantil a BNCC deixa claro que “Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” Portanto, o currículo está entrelaçado a partir dos campos de experiências, que são os seguintes: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. É possível notar que os campos de

experiências tentam abranger os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, citados anteriormente.

As orientações acerca dos campos de experiências estão voltadas para o desenvolvimento pleno da criança a partir de dois pontos-chaves, que são as interações e as brincadeiras. A interação da criança com pessoas ao seu redor e com outras de diferentes culturas propicia uma aprendizagem mais significativa e pluralista. Vale ressaltar, que essa vivência deve ser exercida por indivíduos de idades diferentes, ou seja, crianças e adultos. Por meio da brincadeira a criança demonstra seus sentimentos, expectativas, dúvidas e trabalha diversas linguagens, apreendendo mais sobre si, sobre o outro e apreende a realidade. Portanto, a partir desses dois eixos estruturantes conseguimos identificar os direitos de aprendizagem e os campos de experiência, que tentam trabalhar essas duas orientações de forma efetiva para o pleno desenvolvimento das crianças na fase da Educação Infantil.

Diante de todos os documentos apresentados como reguladores da educação brasileira é possível identificar que a Educação Infantil vem ganhando um papel de destaque, pois parou de ser vista como processo preparatório e ganhou a posição de primeira etapa da educação básica. Outro ponto que vale ser salientado, se refere ao fato de nos últimos documentos o educar e o cuidar estarem andando em consonância, visto que esses dois processos devem estar presentes efetivamente nessa fase. Muitos ainda são os desafios para que a Educação seja garantida em todas as cidades do Brasil, como mostra o observatório do PNE, a falta de políticas públicas dificulta os avanços para essa garantia.

4 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE PANDEMIA

No decorrer do ano de dois mil e vinte o mundo foi impactado com a notícia da pandemia causada pela COVID-19, esse momento, até então era inimaginável para todos, pois a última pandemia registrada foi datada a mais de cem anos atrás, mesmo com incontáveis avanços tecnológicos e científicos nas áreas da saúde, não se imaginava que esse cenário poderia voltar a assolar a humanidade. De acordo com o Ministério da Saúde a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARSCoV-2. Essa doença é rápida na forma de contágio e a evolui para casos extremamente graves.

A Pandemia suscitou um caos em todas as esferas sociais, como a saúde economia, política, educação, dentre outras. Todos esses segmentos passaram por um longo processo de adaptação e reformulação, para que as perdas não fossem amplas.

Por se tratar de uma doença contagiosa foi necessário o isolamento social em todo o mundo, gerando assim o distanciamento entre as pessoas nos ambientes que corriqueiramente eram frequentados. Foi fundamental uma mudança de hábitos e atitudes para que todos estivessem seguros.

Visto que o contexto de pandemia suscitou a necessidade de distanciamento social para a preservação da saúde de todos, as aulas também foram suspensas, pois lugares não poderiam comportar muitas pessoas e não deveriam ocorrer aglomerações. As escolas recebem um grande quantitativo de alunos, portanto, foi crucial essa atitude para que mais pessoas não fossem contaminadas com o vírus. Em Março de 2020 o Ministério da Educação publicou a Portaria Nº 343, de 17 de Março de 2020, que resolveu:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020a)

A partir dessa portaria todas as aulas presenciais, no âmbito nacional, foram substituídas por atividades não presenciais e ou remotas durante a pandemia. Pelo fato de não ser possível ministrar aulas presencialmente essa foi à estratégia mais viável para que a educação não parasse. Entretanto, grandes são as lacunas e perdas educacionais ocasionadas por essa nova modalidade, visto que grande parte da população brasileira se caracteriza como baixa renda, portanto, possuir tais mecanismos eletrônicos torna-se algo muito distante de

suas realidades. Após um mês da portaria divulgada pelo Ministério da Educação o Conselho Nacional de Educação lançou o parecer nº 5/2020 que estabelece a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Com isso encontramos a seguinte declaração:

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. (BRASIL, 2020b, p. 09).

Notamos que existem algumas orientações sobre a continuidade das aulas em formato remoto, principalmente no tocante a ludicidade. Procura-se também uma busca por auxílio dos pais para a realização dessas atividades, mas não é levado em consideração o contexto econômico e familiar ao qual a criança possa estar inserida.

No que se refere à Educação Infantil, encontramos nesse parecer que “quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.” (BRASIL, 2020b, p. 09) A etapa de Educação Infantil é marcada pela aprendizagem e desenvolvimento que são adquiridas por meio das interações com os pares e adultos, cada nova conquista como se alimentar sozinho, deixar de usar a fralda tornam-se aspectos importantes e norteadores para o monitoramento do desenvolvimento, mas a distancia isso se torna um grande desafio.

Compreendemos que alguns aspectos da educação Infantil não condizem com o modelo de ensino remoto, pois a criança de 0 a 5 anos aprende por meio da troca de experiências e vivências, e cada passo é considerado como um avanço. Inúmeros são os retrocessos na aprendizagem em virtude dessa implementação de ensino a distância, como afirmam LINHARES e ENUMO:

Além das grandes perdas do processo de aprendizagem formal, as crianças estão sendo privadas da necessária socialização com os pares, em que ocorrem aprendizados significativos para o desenvolvimento humano. Tais como: experiências lúdicas compartilhadas, que implica em interações proximais face a face; cooperação; convivência com as diferenças; compartilhamento de decisões; enfrentamento de desafios; negociação de conflitos; adiamento de gratificações; espera da sua vez; exercício controle de impulsos; entre outras habilidades. (LINHARES; ENUMO, 2020, p. 5).

A partir do exposto podemos observar que, além da aprendizagem, formas de socialização entre pares também sofre com esse momento, pois as crianças encontram-se privadas em suas residências, sem qualquer contato físico, sem acesso as experiências que são fomentadas a partir troca entre pares, e, pincipalmente longe de todo o universo lúdico que as creches e pré-escolas propiciam.

A partir do contato e da cultura entre pares a criança adquire novas experiências. Por meio do lúdico e das interações sociais a criança cria o sentido de compartilhamento, de cooperação, torna-se menos individualista aprendendo a trabalhar em grupo. É nessa etapa que a criança passa a conviver fora do seu ambiente familiar, rompendo fronteiras e conhecendo novos significados, com isso compreendemos que é imprescindível a Educação Infantil de forma presencial para o pleno desenvolvimento das crianças nessa fase.

Compreendendo que os municípios buscam estratégias para que o ensino se torne eficaz e que os retrocessos sejam mínimos, o Conselho Nacional de Educação instituiu algumas orientações sobre o ensino das crianças de 0 a 5, anos nesse contexto de isolamento social:

Assim, para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas infantis. Para auxiliar pais ou responsáveis que não têm fluência na leitura, sugere-se que as escolas ofereçam aos cuidadores algum tipo de orientação concreta, como modelos de leitura em voz alta em vídeo ou áudio, para engajar as crianças pequenas nas atividades e garantir a qualidade da leitura. Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais ou responsáveis, desenho, brincadeiras, jogos, músicas infantis e algumas atividades em meios digitais quando for possível. A ênfase deve ser em proporcionar brincadeiras, conversas, jogos, desenhos, entre outras para os pais ou responsáveis desenvolverem com as crianças. As escolas e redes podem também orientar as famílias a estimular e criar condições para que as crianças sejam envolvidas nas atividades rotineiras, transformando os momentos cotidianos em espaços de interação e aprendizagem. Além de fortalecer o vínculo, este tempo em que as crianças estão em casa pode potencializar dimensões do desenvolvimento infantil e trazer ganhos cognitivos, afetivos e de sociabilidade. (BRASIL, 2020b, p. 10).

É perceptível a busca do Conselho nacional de Educação pela continuação do desenvolvimento infantil, entretanto são normas que não condizem com a realidade da maioria das famílias brasileiras. De acordo com dados fornecidos pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) há um percentual exorbitante de crianças em idade pré-escolar que não possuíam acesso ao ensino remoto, em todo o mundo no ano de 2020:

Cerca de 70% das crianças em idade pré-escolar – 120 milhões de crianças – não têm acesso à educação remota, em grande parte devido aos desafios e limitações da aprendizagem online para crianças pequenas, falta de programas de aprendizagem

remota para essa categoria de educação e falta de bens domésticos para aprendizagem remota. (UNICEF, 2020)

A falta de políticas que corroborem com a inserção e permanência de milhares de crianças ao redor do mundo e, em especial, em nosso país foi falha e, quando existente, acabou se tornando precária, pois apenas instruções não são o suficiente para garantir o acesso das crianças a essa nova modalidade de ensino. Compreendemos que a fase pré-escolar acabou sendo uma das mais afetadas, quando comparado a outros segmentos, pois existem inúmeras dificuldades que cercam a Educação Infantil, principalmente ofertada, a partir dos aparelhos de comunicação.

Em primeiro lugar podemos considerar que se trata de crianças pequenas, entre 0 e 5 anos, e torna-se uma tarefa difícil e exaustiva mantê-las em frente as telas, principalmente, no que se refere a bebês. Em segundo lugar, e já citado anteriormente, a falta de políticas que facilitem a inserção e permanências no ensino remoto, pois pouco foi feito para que isso ocorresse. Em terceiro lugar, a falta de recursos das famílias para adquirir bens que possibilitassem o acesso à internet, pois estes aparelhos possuem custos altos, em virtude de serem dolarizados, quando se leva em consideração que grande parte das famílias brasileiras sobrevive com menos de um salário mínimo. É pertinente observar que aparelhos que possibilitam o acesso à internet não são viáveis para muitas famílias, como afirmam Arruda e Bezerra (2020, p.3) “os recursos tecnológicos que possibilitaram tamanha façanha, como computadores, dispositivos móveis e internet não se fazem presente nas moradias de vários educandos brasileiros”.

Outro fator que não favorece essa presença nos ambientes virtuais de ensino e, que passou despercebido, diante das autoridades é o fato de muitas famílias não possuírem a escolaridade completa, por vezes não são sequer alfabetizadas, portanto, como podem ficar responsáveis pela educação escolar das crianças quando não possui conhecimento necessário? São diversos pontos negativos, que ao longo do tempo foram passando despercebidos e, conseqüentemente deixados de lado, gerando, assim um grande número de crianças da educação infantil longe das aulas remotas.

Quando se trata do processo educativo cada ponto deve ser levado em consideração, pois vários fatores podem corroborar para o sucesso educacional. O ambiente escolar propício e pessoas capacitadas são de fundamental importância para agregar ao educando uma educação concreta e significativa. Entretanto, com a emergente calamidade mundial foi necessário esse novo formato de ensino, que carrega consigo muitos pontos negativos. Algumas medidas foram tomadas no início da pandemia, como no estado da Paraíba, onde

inicialmente as férias que estavam previstas para os meses de junho e julho foram antecipadas, pois se acreditava que essa situação não iria se perdurar por muito tempo

Art. 2º Fica determinado recesso escolar em toda rede pública estadual de ensino no período de 19.03.2020 até 18.04.2020. Parágrafo único. A determinação prevista no caput também se aplica às redes de ensino municipais e às escolas e instituições de ensino privadas localizadas no Estado da Paraíba. (ESTADO DA PARAÍBA... Decreto nº40.128, 17 de março de 2020).

É fato que essa situação ultrapassou mais de um ano, necessitando, assim do distanciamento social entre as pessoas e qualquer forma de aglomeração proibida. Portanto, no ano de 2021 os decretos de suspensão das aulas continuaram

Art. 4º Fica prorrogada até ulterior deliberação a suspensão do retorno das aulas presenciais nas escolas das redes públicas estaduais e municipais, em todo território estadual, devendo manter o ensino remoto, garantindo-se o acesso universal, nos termos do decreto 41.010, de fevereiro de 2021. Parágrafo único. No período compreendido entre 27 de março de 2021 a 04 de abril de 2021 as aulas ficarão suspensas em todas as unidades de ensino, das redes públicas e privadas, em todo o território estadual. (ESTADO DA PARAÍBA... Decreto nº41.120, 25 de março de 2021).

O fato da prorrogação do decreto ocorreu em virtude da proliferação do vírus e, de suas respectivas mutações e variantes gerando, assim novos casos ainda desconhecidos. Neste decreto também foi estabelecido o PET-PB, que se trata do Plano Educação Para Todos em Tempos de Pandemia.

Em relação às atividades remotas na Educação Infantil as creches e pré-escolas seguem as orientações estabelecidas pelos decretos e pareceres divulgados pelo Conselho Nacional de Educação e, pelo Estado da Paraíba, entretanto encontram-se inúmeras falhas fragilidades destas orientações, resoluções e pareceres, pois as desigualdades sociais acabam sendo exacerbadas, gerando, assim perdas educacionais para as crianças e jovens de todo o país.

Em todas as leis que regulamentam a educação brasileira não se encontra orientações sobre ensino não presencial na Educação Infantil, como no caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a qual não aponta sequer essa possibilidade em caráter de emergência. O documento mais recente, a Base Nacional Comum Curricular delibera aponta os direitos de aprendizagem para a educação infantil, dentre eles o conviver e o brincar, sendo esses realizados a partir do convívio com crianças e adultos, com grandes e pequenos grupos e, a partir de diversas linguagens. (BRASIL, 2018, p.38)

Portanto, tanto na esfera mundial, nacional e estadual compreendesse que essa era a única alternativa, mas muitos pontos não foram levados em consideração, principalmente quando se trata da primeira etapa de educação básica. A Educação infantil é o primeiro contato da criança com o ambiente educacional sendo função da mesma o cuidar e o educar, por meio das interações e brincadeiras, visando o desenvolvimento pleno e integrado dos aspectos motor, cognitivo, social e afetivo, mas ao emitir pareceres os órgãos máximos da educação, nacional e, também estadual, não levaram em consideração esta especificidade

4.1 O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Infantil

A revolução tecnológica ocasionada após a segunda guerra mundial e, conseqüentemente à guerra fria, desencadeou uma serie de novas ferramentas de comunicação. Vale ressaltar, que ao longo das décadas esses aparelhos se modificaram de forma rápida, chegando aos dias atuais, em que uma informação alcança todo o globo terrestre em questão de segundos. No cotidiano da maioria das pessoas as tecnologias tomaram conta de suas residências, seja por um eletrodoméstico digital ou um celular, essas ferramentas estão ocupando um grande espaço na vida dos indivíduos, como afirmam Bittencourt e Albino:

Há algum tempo as mídias digitais estão disponíveis para a utilização em vários locais, como: empresas, supermercados, em casa, em terminais de agência bancária, para compra de ingressos de shows, teatros e cinema e tantos outros. Provavelmente um dos locais em que menos se utiliza as mídias digitais seriam as escolas, principalmente pelos docentes no ensino-aprendizagem e no processo educacional (BITTENCOURT; ALBINO; 2017, p. 209)

Portanto em diversos segmentos as tecnologias já estavam inseridas e já eram conhecidas por muitas pessoas. Por outro lado, para algumas famílias essa realidade ainda não era conhecida, mas a partir do momento em que se instaura a pandemia do COVID-19 e, torna-se necessário o distanciamento social, esse foi o único meio viável e seguro para dar continuidade ao contato humano. Houve uma explosão de lives, e-commerce, etc. e os sistemas de ensino e instituições educacionais também precisaram se adaptar rapidamente.

As tecnologias que, até então, não eram utilizadas com frequência em sala de aula, passam agora a ganhar um papel de destaque nesse formato de ensino, apesar de já existir e ser regulamentada, a modalidade de ensino a distância (EAD), não podemos confundir atividades não presenciais ou remotas com esta modalidade, a qual possui princípios e

estrutura já consolidados. Anteriormente à pandemia, a inserção das tecnologias da informação e comunicação (TDICs) já ocorria nas salas de aulas presenciais, mas de forma pontual, a exemplo dos aparelhos de projeção, vídeos, músicas, *podcasts*, google sala de aula, dentre outras. Segundo a BNCC a inclusão das TDICs nas aulas cotidianas já estava prevista, no que diz respeito, à quinta competência, | “[...] a cultura digital deve ser inserida nos currículos escolares, e de uma forma crítica, onde o aluno use os meios tecnológicos, mas também possam criá-los, visando à utilização individual e coletiva” (BRASIL, 2018, p.7).

Para que a Educação continuasse, no contexto da pandemia, passaram a ser utilizadas redes sociais e/ou aplicativos de comunicações, como por exemplo: *Whatsapp*, *Instagram*, *Facebook*, *Kinemaster*, além de plataformas de compartilhamento de informações e ambientes de aprendizagem virtual, como o *google class* e o *Google Meet*. Esses aplicativos são utilizados, geralmente para compartilhar fotos, vídeos, e a realização de chamadas de vídeo ao vivo, no entanto, a partir desse momento eles tornaram-se as novas salas de aula virtuais, responsáveis por transmitir todos os conteúdos e atividades para as escolas, e, se tornaram, principalmente o único meio seguro para manter o contato entre escola, família e aluno.

Existe um ponto negativo que merece total relevância, nessa situação de oferta de aulas nos meios digitais, conforme ressaltamos anteriormente, muitas famílias não possuem capital econômico para comprar pacotes de dados, contratar planos de internet banda larga e comprar os equipamentos tecnológicos, pois os valores necessários para aquisição desses aparelhos, por vezes ultrapassam um salário mínimo, portanto como é possível a uma família, que vive na linha da pobreza, cuja única renda não chega perto desse valor, garantir a estrutura necessária para as aulas remotas ? Ademais, geralmente não há ambiente adequado para estudo em casa, não tem quem fique as crianças pequenas, caso as mães e/ ou pais trabalhem. Deparamo-nos com inúmeras crianças sem acesso a educação, a mercê de atividades impressas, entregues sem qualquer orientação para sua realização, com pais não alfabetizados e que não conseguem orientar seus filhos.

No que se refere à educação Infantil, essa problemática ganha grande proporções, pois é fato que essa fase se caracteriza pelo contato e troca de conhecimentos com outras crianças e adultos. A creche ou pré-escola é o primeiro ambiente social que a criança será inserida fora de sua casa.

É fato que a educação infantil sempre passou despercebida perante as políticas públicas, principalmente quando comparada com as outras fases de ensino. O ensino médio por sua vez, vem ganhando destaque pelo fato de ser preparatório para o ensino superior e para o mercado de trabalho. Durante a ditadura militar, instaurada no país, por exemplo, o

foco sempre esteve voltado para o ensino tecnicista, visando o mercado de trabalho para os jovens, e pouco encontramos sobre a educação infantil. Isso ocorre, principalmente pelo fato da invisibilização da infância e das crianças durante séculos.

A jornada percorrida pela efetivação e obrigatoriedade da educação infantil se inicia com a Constituição Federal no ano de 1988, onde a mesma afirma o seguinte em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988, art. 205), portanto a partir desse momento a educação deveria ser responsabilidade de todos, sobretudo do estado, entretanto, mesmo a educação sendo instituída como um direito social, alguns segmentos não são colocados como obrigatórios, como no caso da educação infantil. Apenas no ano de 2009 esse cenário ganhou um novo desfecho, por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009, a Educação infantil passa a ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Portanto, durante vinte e um anos, a educação infantil no Brasil não foi considerada obrigatória, o que significa que muitos municípios não priorizaram a oferta dessa etapa educativa. No entanto, a vitória não foi completa, isto porque a etapa creche não foi incluída na obrigatoriedade, que passou a ser, apenas a partir dos 4 anos de idade. Ou seja, a creche foi excluída da obrigatoriedade, cujas consequências são grandes, pois cerca de 65% das crianças de 0 a 3 anos de idade, no Brasil continuam sem acesso à educação infantil.

É nesse ponto que entra a privatização da oferta da Educação Infantil, a partir de parcerias, entre o poder público e o privado, para as crianças menores de quatro anos. Encontramos na Constituição Federal o seguinte exposto:

O artigo 208 da CF/1988 descreve o compromisso do Estado para com a oferta da educação: I. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009) [...] § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo [...] § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. (BRASIL, 1988, art. 208).

Hoje encontramos facilmente a oferta de empresas privadas para colaboração com instituições públicas, principalmente quando se trata da Educação infantil, são denominadas como filantropia, mas por trás dessa nomenclatura, encontramos grandes empresas que vem financiando a educação Infantil, sobretudo a etapa creche o que pode levar a oferta do serviço, em muitos municípios pobres, precária, isto porque o mercado oferece serviços/ produtos de acordo com o bolso dos clientes.

No momento de pandemia essa tentativa de privatização da Educação infantil foi ampliada, pois compreendemos que os discursos do governo e do CNE estão ancorados em documentos de atores internacionais e nacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além do movimento Todos pela Educação, Fundação Lemann e Itaú Social, dentre outros setores da sociedade civil, que operam no campo político e, das políticas públicas, para garantir interesses do mercado. Todas essas instancias possuem interesses econômicos que, desde o governo de Michel Temer, aprofundando-se no governo de Jair Bolsonaro, estão tendo forte influência, no MEC e no CNE, no que tange a elaboração das políticas de educação.

A educação passa a ser pensada e planejada por setores da sociedade civil que pensam apenas nos interesses econômicos e financeiros e não levam em consideração uma educação transformadora e igualitária. Pois os discursos, decretos e pareceres lançados sempre visaram à interação da família com a escola, coma atividades brincantes, mas na realidade nem sempre isso é possível, ampliando, dessa forma a exclusão educacional de milhares de crianças brasileiras, sobretudo na educação infantil.

Por fim, todos esses empresários e empresas que se utilizam do discurso da filantropia, mascaram seus verdadeiros interesses tentando instaurar no país uma educação mercantilista e excludente, na qual o lucro está acima da vida e dos direitos das crianças à educação de qualidade, a saúde, a alimentação, a dignidade, dentre outros.

5 A EDUCAÇÃO INFANTIL E A PANDEMIA

Nossa pesquisa está alicerçada no enfoque metodológico qualitativo. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e questionários para a produção dos dados. Segundo GALLIANO “Ao analisar um fato, o conhecimento científico, não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los” (1986, p.26) Inicialmente, nosso objetivo era realizar a pesquisa em cerca de 30 municípios paraibanos e, prioritariamente, utilizar a técnica de entrevistas semiestruturadas com secretários de educação e professores. Enviamos e-mails e realizamos ligações, para entrar em contato com secretários e/ou coordenadores de educação, de mais de 30 municípios, mas não obtivemos respostas, o que nos levou a ressignificar nossa proposta inicial. Em novembro de 2020 elaboramos um questionário, pelo aplicativo google forms, com 9 questões e, em seguida, enviamos para vários grupos de WhatsApp, de professores e para os e-mails das secretarias de educação, porém, após um mês, reenviando e lembrando as pessoas para responderem, apenas 18 pessoas devolveram o questionário respondido, cujo perfil sócio acadêmico passamos a descrever, de forma sucinta: 16 do gênero feminino e 2 do gênero masculino. Quanto a formação profissional, 15 são graduados, 3 tem graduação incompleta. Residem em 8 municípios: Campina grande, 8 participantes; Remígio, 3; montadas, 2; Sumé, 1; Solânea, 1; Massaranduba, 1; Serra Redonda, 1 participante; Ingá, 1 participante, quanto a categoria profissional: 9 professoras; 2 gestoras; 1 coordenadora pedagógica; 2 auxiliares de sala; 3 cuidadores; 1 secretário de Educação. Para analisar os dados produzidos utilizamos a estatística simples e a microanálise

5.1 As Atividades de Ensino Remotas na Educação Infantil

A revolução tecnológica ocorrida a partir da segunda guerra mundial e, posteriormente à guerra fria, desencadeou uma enorme corrida entre os países em busca de novas formas de tecnologias, visto que o país com maior poderio tecnológico sairia na frente em todos os requisitos. São inúmeras as mudanças ocorridas em menos de um século quanto ao uso das tecnologias, tarefas que antes eram impossíveis de serem realizadas hoje, são efetuadas em questão de segundos. De acordo com Kenski (2010, p. 17) torna-se habitual ouvir das pessoas que “a tecnologia invadiu nosso cotidiano”, realmente a tecnologia vem ocupando um lugar de destaque em nossa era, pois necessitamos de aparelhos modernos que facilitam nossas vidas, mas para alguns, isso é motivo de receio, pois não se sabe até que ponto o uso exacerbado das famosas tecnologias poderá afetar nossas vidas.

A educação, por sua vez, demandou um pouco mais de tempo para inserir novas tecnologias ao seu cotidiano e a creche, em especial, até então, era a etapa educacional que menos utilizava essas ferramentas, principalmente porque a infância necessita mais do vínculo direto com o professor, pois é por meio da cultura entre pares que as crianças aprendem e cria novos significados.

Infelizmente, no ano de 2020 iniciou-se uma fase conturbada perante todo o mundo, todos foram pegos de surpresa pela pandemia da covid-19, que passados catorze meses ainda está perdurando e causando inúmeras vítimas. O vírus com origem chinesa se propagou em escala mundial, rapidamente, levando todos a buscar medidas de segurança para a prevenção da saúde. Lugares não poderiam comportar mais de cinquenta pessoas, deveria ser utilizado álcool em gel constantemente, e a máscara se tornou uma peça indispensável na prevenção. Em pouco tempo escolas são fechadas, apenas comércio essenciais poderiam ser abertos, pessoas não poderiam circular nas ruas sem máscaras, e principalmente, o número de vítimas fatais aumentava a cada dia. Literalmente, esses catorze meses de pandemia caracterizam bem o cenário devastador e catastrófico, pois os vínculos físicos entre as pessoas foram cortados, escolas, professores e alunos precisaram se adaptar ao novo, e esse novo trouxe consigo muitas dificuldades.

A Base Nacional Comum Curricular, no que diz respeito à quinta competência, afirma que a cultura digital deve ser inserida nos currículos escolares, e, de uma forma crítica, onde o aluno use os meios tecnológicos, mas também possa criá-los, visando a utilização individual e coletiva (BRASIL, 2018, p.7). Como ainda é lenta a incorporação das TDICs no ambiente educacional a mudança repentina, ocasionada pela pandemia gerou uma grande dificuldade por parte de todos os envolvidos na realização de aulas remotas, como no seguinte exposto:

“os recursos tecnológicos que possibilitaram tamanha façanha, como computadores, dispositivos móveis e internet não se fazem presente nas moradias de vários educandos brasileiros, como também, é notável que alguns profissionais da educação não se adequam ao modelo de ensino mediante as dificuldades do uso destas ferramentas que dão suporte para as aulas a distância.” (ARRUDA; SILVA; BEZERRA, 2020, p.3)

Como afirmado, as aulas em formato remoto necessitam de aparelhos eletrônicos que permitam o acesso à internet, entretanto o valor cobrado por esses aparelhos é extremamente alto. Famílias de baixa renda, que sobrevivem apenas com o auxílio da bolsa família se veem incapacitados de comprarem esses aparelhos, portanto, muitas crianças não possuem acesso às tecnologias, ficando restringidos a responderem apenas atividades impressas que são

entregues pela escola, sem nenhum contato ou explicação do professor. No decorrer dos questionários que corroboram com nossa pesquisa, indagamos os professores com a seguinte questão: Foi realizado, junto às famílias, algum diagnóstico (pesquisa) sobre as condições de acesso a internet (banda larga, dados móveis) e sobre equipamentos, como computadores /notebooks ou smartphones?

Participante 8: Foi realizado, junto às famílias, algum diagnóstico (pesquisa) sobre as condições de acesso a internet (banda larga, dados móveis) e sobre equipamentos, como computadores /notebooks ou smartphones? se foi, quais foram os resultados? Nenhum reajuste foi feito, vimos que muitas famílias não têm condições de internet ou computador, mas é papel dos institutos ou escolas ter o acompanhamento; participante 9: Sim. Muitos tiveram dificuldade no início. Mas, depois se adaptaram; participante 10: Foi sim. Os resultados foram muitas reclamações com o aparelho celular e a baixa condição de acesso a internet; participante 11: Sim, mas algumas famílias não têm computador ou coisa assim, mas foi conversado sim.

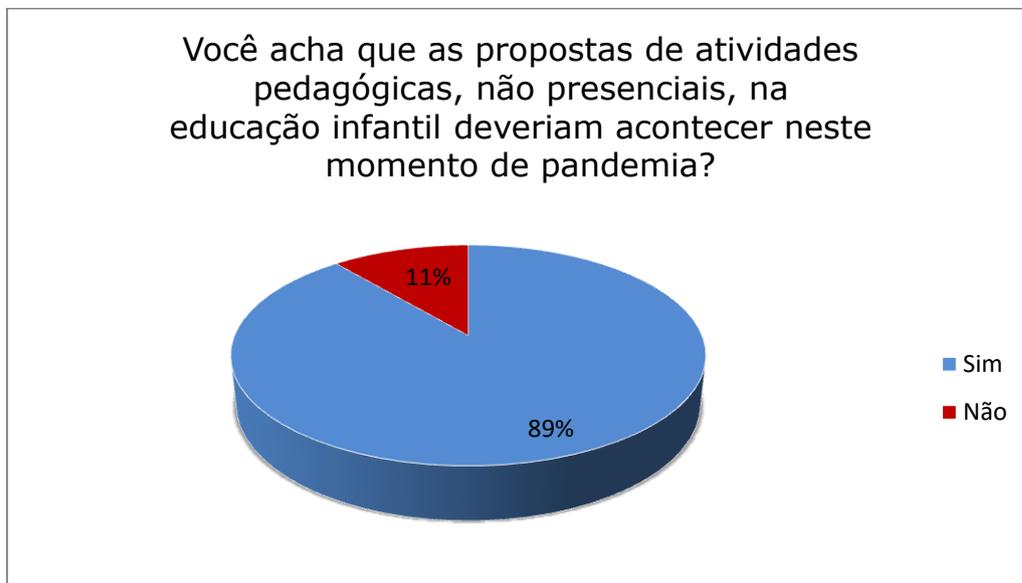
Em suma, os participantes citados acima relatam que não ocorreu nenhum diagnóstico, juntamente com as famílias sobre o suporte tecnológico que possuíam. Nos casos citados, é possível constatar que a maioria das famílias não estavam de acordo com as aulas remotas pelo fato de não possuírem os meios adequados para esse modelo de ensino. Todas as plataformas utilizadas para realização de aulas e atividades a distância necessitam de uma internet favorável e de ótima qualidade, visto que esses aplicativos consomem muitos megas de internet. De acordo com o pensamento de Cordeiro (2020) podemos destacar que são grandes os desafios para o uso de plataformas digitais de ensino, dentre esses desafios encontram-se prioritariamente as desigualdades sociais quanto ao uso das tecnologias, pois muitas famílias não possuem acesso à internet e sequer o aparelho eletrônico.

Compreendemos que a educação não poderia parar, era necessária a busca por soluções em meio ao caos, atendendo aos protocolos sanitários foi proposto atividades de ensino não presencial. A princípio, muitas pessoas não eram favoráveis a essa forma de ensino, pois muitos não possuíam subsídio para custear as despesas advindas das tecnologias, visto que além do aparelho é necessário pagar, mensalmente por uma internet banda larga ou os pacotes de internet que as operadoras oferecem para celulares. Outras pessoas eram contra, pelo fato de não ser a mesma forma de ensino e as perdas educacionais em longo prazo seriam enormes.

Buscando entender qual a opinião dos professores que atuam na educação infantil, os questionamos sobre sua opinião a cerca de atividades não presenciais. A maioria dos

participantes responderam que concordavam com a continuidade das atividades, como exposto no gráfico abaixo:

Gráfico 1- Aceitação das atividades não presenciais



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Mesmo diante de toda dificuldade instalada perante as aulas remotas, essa seria a única forma de não atrasar o ensino de milhares de crianças em etapa pré-escolar, por isso, quase 90% dos participantes concordaram com a inserção de aulas no modelo EAD. Passados vários meses desde o início da pandemia é possível constatar que foi necessário esse novo modelo de ensino e mesmo ocorrendo dessa forma milhares de crianças acabaram sendo prejudicadas, pelo fato de não possuírem acesso às aulas como afirma a UNICEFE (2020)

Cerca de 70% das crianças em idade pré-escolar – 120 milhões de crianças – não têm acesso à educação remota, em grande parte devido aos desafios e limitações da aprendizagem online para crianças pequenas, falta de programas de aprendizagem remota para essa categoria de educação e falta de bens domésticos para aprendizagem remota. UNICEFE (2020)

O formato de ensino remoto é precário e não atende às necessidades e especificidades das crianças da educação infantil. Para Costa e Nascimento (2020), mesmo com a educação remota, grandes são os desafios enfrentados por crianças e adolescentes, principalmente para as famílias organizarem os estudos em casa, ajudar as crianças a realizarem tarefas, etc., sem falar nos problemas emocionais gerados por toda essa situação e a distância de professores e

colegas. É fato que diante de todo esse afastamento e o medo que cerca nossas vidas, vários problemas surgiram, e afetaram todas as pessoas sem qualquer distinção de idade ou sexo.

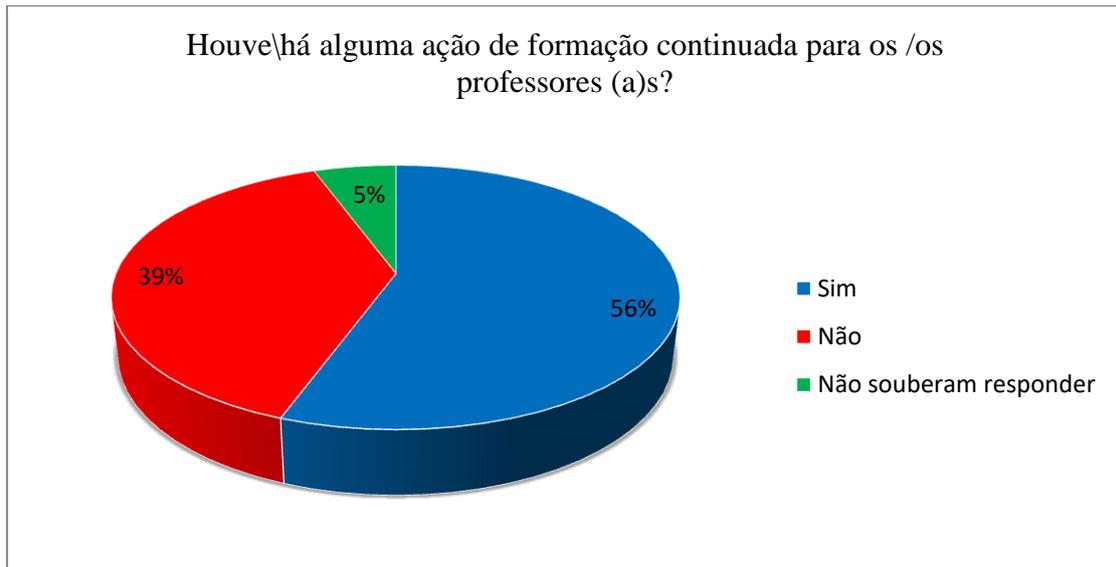
Compreendemos que antes mesmo de todo cenário pandêmico, a formação continuada deveria fazer parte da vida de profissionais de educação, visto que o mundo está em constante evolução. De acordo com Freire (1996, p. 43- 44), "na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". É necessário sair da zona de conforto e procurar sempre novos conhecimentos, para que seja possível suprir as necessidades que advêm da evolução humana.

A realidade encontrada em sala de aula não é perfeita, não existe escola perfeita ou alunos perfeitos, no cotidiano encontramos diversas dificuldades e cabe ao professor procurar a melhor forma de exercer seu trabalho e, conseqüentemente alcançar êxito. Podemos compreender melhor essa dificuldade a partir do pensamento de Libâneo:

“A escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas como a capacitação tecnológica, a diversidade cultural a alfabetização tecnológica, a super informação, o relativismo ético, a consciência ecológica. Pensar num sistema de formação de professores supõe, portanto, reavaliar objetivos, formas de organização do ensino, diante da realidade em transformação.” (LIBÂNEO, 2001, p. 80)

A dinâmica conflituosa e imprevisível vem fazendo parte do cotidiano de diversos professores e alunos torna-se necessário se reinventar, buscar novos conhecimentos e, principalmente se adaptar ao novo contexto. A pandemia trouxe consigo a busca por novos aprendizados acerca da tecnologia, e se fez necessário à formação continuada, cursos, formações, mesmo a distância, para que professores fossem capazes de exercer seu trabalho diante das telas. Foi uma mudança repentina, saíram da caneta e do quadro, para teclados e telas de aparelhos eletrônicos e muitos não estavam preparados para tamanhas mudanças.

Os professores, em meio a todo esse processo de mudança repentina necessitaram de formação sobre o uso das tecnologias e sua inserção na educação, visto que essa era a única alternativa de continuidade educacional, no contexto da pandemia. Em busca de compreender melhor sobre a formação dos professores, perante esse novo cenário educacional e sobre as orientações da secretaria de educação sobre as aulas, perguntamos o seguinte: Houve\há alguma ação de formação continuada para os /os professores (a)s? Descreva qual o tipo e como foi, ou está sendo realizada esta formação. Podemos observar a partir do gráfico as respostas:

Gráfico 2- Formação continuada para os professores na pandemia

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Cerca de 56% dos participantes responderam que houve ação de formação continuada para a preparação dos profissionais de educação visando as atividades remotas forma e cerca de 39% afirmaram não terem recebido nenhum tipo de formação, para o exercício das aulas remotas. É imprescindível a formação continuada de professoras na situação de mudança repentina de aulas presenciais para as aulas remotas, principalmente pelo fato das grandes demandas que serão encontradas.

A formação continuada se faz necessária em todos os cenários educacionais, não apenas pela mudança ocorrida perante a pandemia, ademais os estados e municípios devem garantir investimento para essa política na educação, como exposto por Demo (2007, p. 11), que afirma, “investir na qualidade da aprendizagem do aluno é, acima de tudo, investir na qualidade docente”. Portanto, para bons rendimentos das crianças se faz necessário o investimento primeiramente nos professores, visto que eles são os responsáveis pelos seus alunos e por tudo que lhes é transmitido.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em sua meta 16, encontramos o seguinte:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014)

Desde o ano de 2014 se vem lutando pelo exercício da formação continuada para todos os professores e, como exposto, a meta 16 aponta para garantir formação continuada a 100% dos professores da educação básica, em território nacional. No ano de 2019 foi divulgado, no site do observatório do PNE, o percentual acerca do cumprimento das metas e meta 16, em questão atingiu cerca de 38%, portanto em cinco anos, metade do tempo de execução do PNE, não foi possível atingir sequer 50% da meta. Neste caso, existe a possibilidade de não atingir os 100% almejados, principalmente, em virtude da pandemia.

Buscamos identificar e entender, quais eram as orientações das secretarias de educação, no tocante às atividades pedagógicas, não presenciais ou remotas na educação infantil, as respostas foram as seguintes:

P1: Atividades brincantes para manter o vínculo da criança e seus pares. P2: Trabalhamos com Diário de atividades. Com atividades simples, de fácil compreensão, para que aqueles que não têm acesso às orientações remotas, também possam ajudar seu filho a responder, ou pedir ajuda a alguém. P6: Fortalecer o vínculo emocional, porém tudo regado a muitas exigências, tudo muito burocrático. P7: Interações brincantes com as famílias P12: Elaborar atividades simples e lúdicas para atrair e manter a atenção das crianças, fazer vídeos explicativos das atividades que sejam curtas, elaborar atividades e recursos extras (jogos, alfabeto móvel, etc) para as crianças. P13: A orientação que temos é que seja através de brincadeiras, vídeos, músicas.

Observamos, a partir das respostas, que a principal preocupação é a de manter o vínculo com as crianças, visto que o currículo da Educação Infantil tem como eixos centrais as interações e brincadeiras. Outro ponto a ser destacado é o fato de as orientações sempre buscarem as formas fáceis de atividades, por não possuírem muito contato com os professores, sobretudo aquelas que só recebem atividades impressas e não conseguem tirar nenhuma dúvida.

O discurso presente nas respostas dos participantes reflete as orientações fornecidas pelos entes educacionais para estados e municípios, como no caso do Conselho Nacional de Educação (CNE), que acenou com as seguintes orientações:

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. (BRASIL, 2020b, p. 09).

As respostas e o parecer estão interligados, pois ambos citam a oferta de atividades lúdicas e interativas, mas vale ressaltar que diversos aspectos não são levados em consideração, como a escolaridade dos pais e seu perfil sócio econômico. Macedo (1994, p.199) nos mostra um pouco dessa temática reforçando que com a atuação da “família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela e, também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança.”. Dessa maneira, a interação da família com a escola é fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, entretanto a mesma não substitui os saberes e experiências vividos na escola.

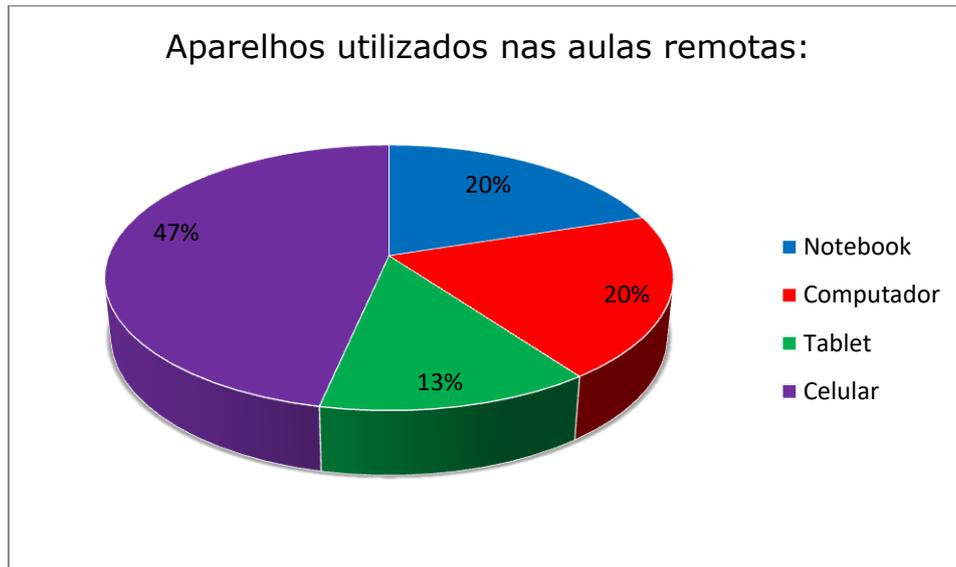
5.2 Aparelhos e plataformas utilizadas nas aulas remotas

A educação infantil e os demais segmentos educacionais precisaram se adaptar rapidamente a utilização de tecnologias em decorrência da pandemia, que afeta todos os países. De acordo com Cordeiro (2020, p.3), “o ensino remoto ainda é a melhor saída para minimizar o atraso no retorno às aulas presenciais”. Diante do presente cenário, em 17 de março de 2020, o Diário Oficial da União emitiu a portaria nº 343 do Ministério da educação (MEC), que informa sobre substituição de aulas presenciais para as aulas remotas a partir de aparelhos e plataformas digitais durante a pandemia do Covid-19. Portanto, o MEC decidiu:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020, p. 01).

Como não existia outra forma de execução das aulas ficou, assim estabelecida a partir dessa divulgação, a substituição das aulas presenciais por aulas remotas, enquanto perdurar a pandemia, visto que a presença do público total, em ambientes escolares poderia propagar rapidamente o vírus e, principalmente, colocar todos em risco.

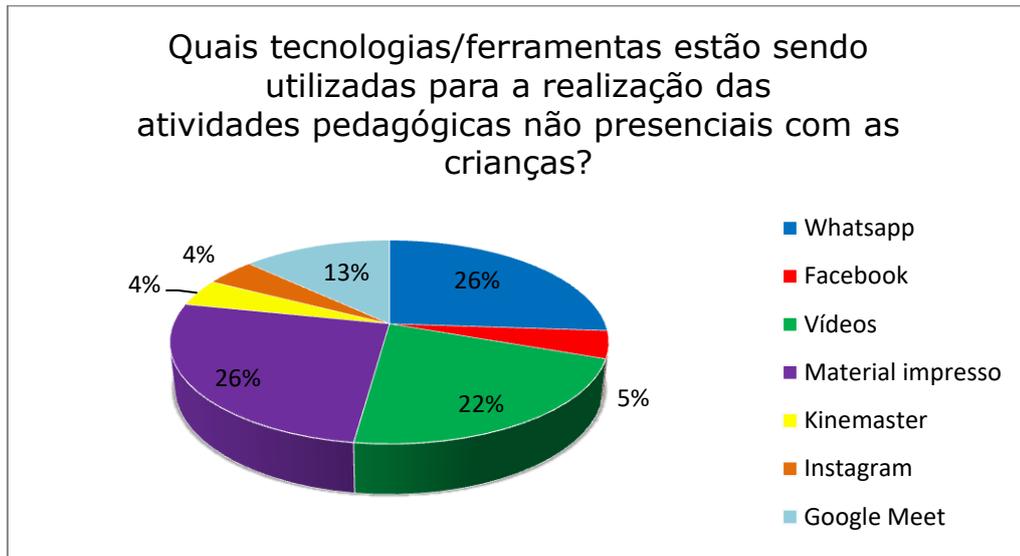
Atualmente possuímos diversos aparelhos que nos conectam ao mundo virtual, porém, os quatro mais utilizados para a realização de aulas a distância são: tablets, celulares, computadores e notebooks. Diante disso, perguntamos quais aparelhos mais utilizavam.

Gráfico 3 - Aparelhos utilizados nas aulas remotas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Como é possível visualizar, a partir do gráfico, cerca de 47 % das pessoas entrevistadas afirmaram utilizar o celular para a realização das aulas a distância. Esse resultado diz respeito, principalmente ao fato do celular, dentre os quatro aparelhos, ser o com menor custo no mercado. Em seguida, temos o computador e notebook e, por último o tablet.

Outro ponto que buscamos respostas foi sobre quais aplicativos ou plataformas eram/são utilizadas para a realização das aulas. Um dos mais citados em diversas pesquisas e estudos são o *google meet* e o *google classroom*, mas como nossa pesquisa abrange o público da educação infantil os aplicativos citados com mais frequências foram outros, principalmente pelo fato de necessitar de uma abordagem mais lúdica e aconchegante, como exposto abaixo:

Gráfico 4 - Ferramentas e tecnologias utilizadas nas aulas remotas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Como demonstrado no gráfico o whatsapp e materiais impressos ocupam a mesma posição, com 26%, os vídeos 22%, Google Meet 13%, Facebook 5%, Instagram e Kinemaster 4%.

Foi possível constatar que as atividades impressas, entregues para as crianças ainda ocupam um índice alto, visto que muitos não possuem acesso à internet e a aparelhos eletrônicos. De acordo com Costa e Nascimento (2020, p.3) “muitos têm sido os esforços em mitigar essa carência através da disponibilização de material impressos encaminhados aos alunos sem acesso à internet.” As crianças que não possuem acesso à internet e não conseguem acessar as aulas online necessitam de outras estratégias de interlocução, sendo a única solução encontrada a entrega de atividades impressas, mas infelizmente esse recurso é precário, visto que a criança não tem contato com a explicação do professor, para a realização das atividades propostas.

Os vídeos ocuparam cerca de 22% em nossa pesquisa, pois é comum nos depararmos com aplicativos que colocam fundos interativos em filmagens criando cenários lúdicos, visando instigar a atenção das crianças. A plataforma Google Meet não ocupou uma das primeiras posições, possivelmente, pelo fato de ser difícil deixar a criança muito tempo em frente à tela.

5.3 As Tecnologias na Educação Infantil no Contexto da Pandemia.

A última pandemia registrada ocorreu no ano de 1918, com a gripe espanhola, dizimando milhares de vidas, e cem anos depois, nosso mundo vem passando por algo semelhante, talvez até mais catastrófico, do que há de um século atrás. Já se passaram catorze meses desde que a pandemia da Covid-19 teve início, desde então, as creches e escolas encontram-se fechadas, apenas instituições particulares funcionando, mas de forma híbrida. Muitas crianças não possuem acesso às atividades remotas, visto que são necessários, além da internet, meios tecnológicos para acessar as plataformas de ensino

A princípio, creches e escolas tentaram adaptar suas rotinas, algumas anteciparam suas férias, pois acreditavam que esse cenário não iria perdurar por tanto tempo, a rede privada reiniciou suas aulas de forma remota e a rede pública, em sua maioria, demorou mais tempo para implementar o sistema de atividades não presenciais ou remotas.

É fato que a etapa da educação infantil dentre todos os outros segmentos é o que mais requer contato entre professores e alunos, visto que as crianças, por estarem em processo de desenvolvimento são vulneráveis, do ponto de vista físico e emocional. É no momento de alimentação, higiene, sono e troca de roupas, que as crianças aprendem ações a serem realizadas cotidianamente e, também agregam experiências para irem construindo sua autonomia, mas o modelo remoto impossibilita, de certo modo, o cuidar e o educar.

Com o início da pandemia e o cancelamento de aulas presenciais, o Ministério da Educação lançou um parecer, que traz as seguintes orientações quanto às aulas não presenciais:

[...] aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda de vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono. (BRASIL, 2020).

É difícil não ocorrer um atraso na aprendizagem e desenvolvimento das crianças, diante de um cenário tão caótico, no qual as pessoas da classe baixa não possuem nenhum subsídio, inúmeras pessoas perderam seus empregos, e a saúde mental de muitas pessoas está abalada, em estado crítico, como evidenciam Campos e Durlí:

[...] as vivências das crianças, jovens e adultos durante a pandemia têm implicado sofrimento psíquico que se expressa de diferentes maneiras. Isolamento social, interrupção abrupta de seu cotidiano, perda de entes queridos, estresse dos adultos, o confronto com a fragilidade da vida, tudo isso é vivenciado subjetivamente pelas crianças. (CAMPOS e DURLI, 2021, p. 240).

Compreendemos que aprendizagem e desenvolvimento está além do aspecto

cognitivo, mas diz respeito a tudo o que é vivido e compartilhado em sociedade e com as crianças essa troca ocorre a partir da cultura e da vivência com outras pessoas. É por meio dessa cultura que as crianças aprendem e compartilham seus conhecimentos, elas necessitam interagir com seus pares e com outras pessoas no seu processo de aprendizagem, e nesse momento recriam significados passados por adultos

[...] mesmo sendo alvo do domínio e controle dos adultos, ou seja, mesmo sob o peso da estrutura, das regras, do social, elas demandam ações, ou seja, são ativas no processo de socialização/educação. Elas reproduzem, mas, também, ou, sobretudo, reinterpretam as ordens e normas adultas, construindo sentidos e culturas no contexto em que estão inseridas, modificando-o, bem como modificando a própria sociedade, mesmo que não sejam reconhecidas por este feito. (MACÊDO, 2014, p. 57)

Como afirma Macêdo (2014), elas são reprodutoras de cultura, mas também constroem culturas, a partir de suas vivências e interações com os adultos, ou seja, elas reinterpretam as normas/ estruturas, sendo agentes na sociedade. Na pandemia esse contato tornou-se escasso, inclusive, com pessoas da própria família. O isolamento que emergiu dessa situação provocou o distanciamento e o corte de vínculos entre as pessoas, pois a segurança e a preservação da saúde vieram em primeiro lugar, mas os danos provocados por esse distanciamento deixaram pessoas emocionalmente abaladas e inseguras.

A educação infantil, talvez seja a etapa educativa mais afetada, pois visa prioritariamente a criação de vínculos com a escola, professores e a comunidade, além das brincadeiras e da dimensão afetiva, conforme a BNCC:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2018, p. 33)

Como destacado anteriormente, o brincar deve estar inserido de fato no currículo escolar, bem como na proposta pedagógica da instituição. Buscamos compreender quais os tipos de atividades que estavam sendo direcionadas às crianças nesse momento de pandemia, e as respostas foram as seguintes:

Gráfico 5 - Atividades propostas para as crianças

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

É possível constatar que mais de 50% buscou inserir atividades lúdicas e prazerosas ao seu cotidiano, principalmente pelo fato de as crianças se encontrarem tão desmotivadas e cansadas perante as telas. Diante do cenário atual vivenciado por todo o mundo e afetando, significativamente a educação, a tecnologia assume um papel central no processo de ensino, na verdade, a única forma de dar continuidade à educação sem colocar em risco todas as pessoas envolvidas. Com toda essa necessidade do uso de tecnologias, consequentemente a internet gerou novas formas de trabalhar o lúdico, mesmo diante das telas. Jogos e plataformas interativas ganharam, cada vez mais espaço nesse contexto de ensino, o Google, por exemplo, oferta diversas plataformas interativas que facilitam as aulas remotas e fazem com que não caiam no modelo de ensino tradicional, apenas com exposição dos professores para os alunos.

Portanto, diante do cenário atual é imprescindível o uso das TDCs para tornar as aulas remotas mais atrativas e lúdicas, visto que, mesmo no contexto de pós-pandemia o uso de computadores e celulares estará, para sempre presentes em nosso cotidiano. Vale reafirmar a importância da formação continuada dos professores, para, além de meros usuários, possam utilizar as TDICs de forma criteriosa e criativa, não apenas adaptando-se as mesmas. Pois a revolução tecnológica traz como consequências transformações sociais, econômicas e culturais importantes, que precisam ser compreendidas, sobretudo pelos professores, intelectuais transformadores (GIROUX, 1999), que não devem simplesmente aderir aos modismos e as tecnologias, apenas como meros consumidores. Portanto, antes de utilizar

jogos/ games, atividades lúdicas de diversas naturezas, em suas práticas pedagógicas devem refletir, coletivamente sobre os pressupostos teóricos e metodológicos subjacentes a estes produtos disponíveis na web, que deixam as crianças muito tempo em frente às telas, embora reconheçamos que as atividades remotas tolheram muitas possibilidades de diálogo e de alternativas criativas e interativas junto e com as crianças.

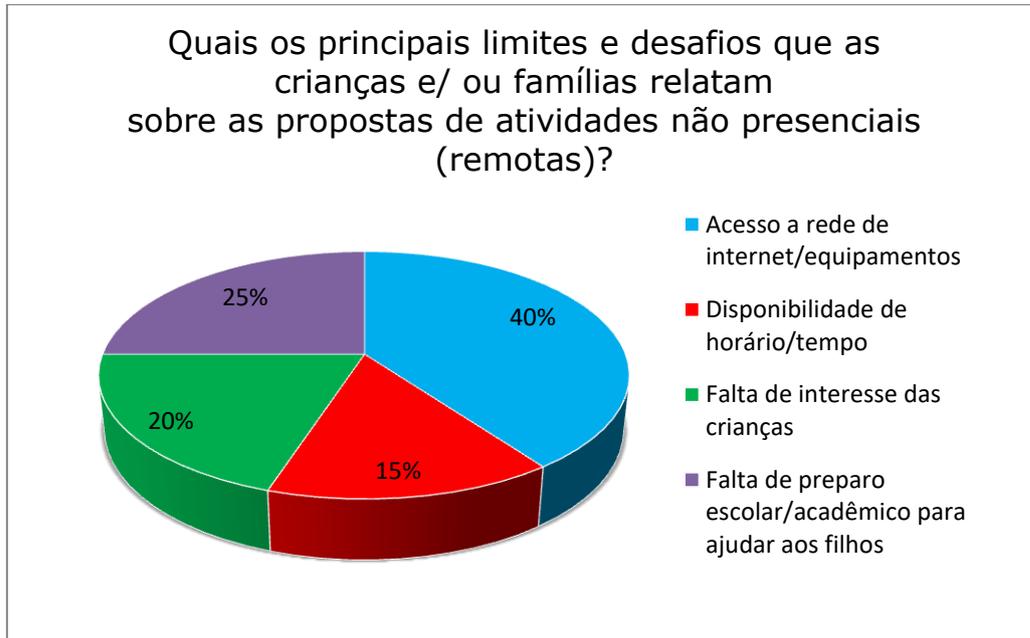
5.4 Limites e desafios da Educação Infantil na pandemia

Compreendemos que, diante da conjuntura atual, grandes foram os desafios para os professores e sistemas de educação, em geral. Crianças de baixa renda, sem acesso à internet e a equipamentos, como computadores, notebooks e até smartphones, a falta de motivação e disciplina por estarem em casa, até mesmo sem a presença de adultos, por estarem trabalhando e, principalmente a falta do contato físico e das interações, tanto com colegas como com professores. É possível constatar, a partir de estudos científicos, a importância do ambiente educacional nos três primeiros anos de vida. É nessa fase que acontecem os primeiros contatos sociais, fora do ambiente familiar sendo essa interação importante para seu desenvolvimento. Como afirma PICCININ:

[...] a base para as aprendizagens humanas está na primeira infância. Entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade. Caso esta fase ainda inclua suporte para os demais desenvolvimentos, como habilidades motoras, adaptativas, crescimento cognitivo, aspectos socioemocionais e desenvolvimento da linguagem, as relações sociais e a vida escolar da criança serão bem sucedidas e fortalecidas. (PICCININ, 2012, p. 38)

A criança necessita do contato com outros do seu meio, mas infelizmente no contexto atual o vínculo com outras pessoas se tornou restrito, visto que a saúde de todos deve ser preservada. Derivados desse distanciamento nos deparamos com inúmeros problemas relacionados a esse afastamento do ambiente escolar, como a falta de disciplina, a falta de estímulo para realizar as atividades e, principalmente a falta de tempo dos pais para orientar seus filhos.

Gráfico 6 - Limites e desafios enfrentados pelas crianças e famílias com as atividades não presenciais



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

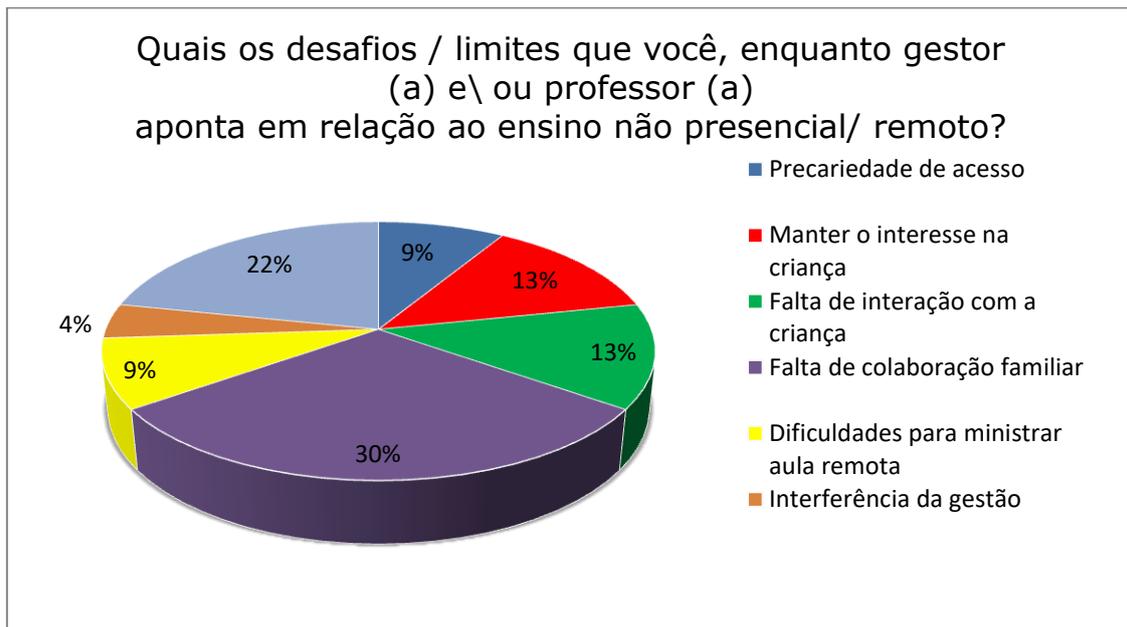
Como é possível constatar, por meio do gráfico, a falta de acesso a internet demanda maior dificuldade, de acordo com os participantes sendo essa a realidade em que grande parte das famílias pobres do país se encontram. o acesso a internet não é ofertado de forma gratuita para a população, e por isso, uma grande parte das pessoas não possuem condições de pagar as operadoras de redes de internet o valor que é cobrado. Ademais, fora essa mensalidade que deve ser paga para o uso da internet, também demanda um custo alto para a compra de aparelhos que possam ser conectados. Portanto, é preciso pagar o aparelho, a instalação e a manutenção da internet

A partir dos resultados também percebemos a dificuldade que os pais encontram para realizar as atividades juntos aos seus filhos, tanto pela falta de preparo, como pela falta de tempo. De acordo com Macedo, Pessanha e Alencar (2020, p. 5) a “escola e a família possuem funções próprias e distintas. Portanto compreendemos não ser possível a reprodução, no ambiente familiar, de práticas vivenciadas na escola das infâncias.” A escola tem uma função social diferenciada da função familiar. Embora, na educação infantil, a função é complementar à ação da família, mas não se subsume a ela. Como relatado pelos participantes, à falta de interesse das crianças vem sendo uma grande dificuldade e isso acontece, talvez, porque a criança não vê sua casa como um ambiente educacional, mas como

lar, como ambiente de diversão e, por vezes, sem rotina rígida, o que pode dificultar seu interesse, no tocante às atividades remotas.

Como foi possível perceber quais as maiores dificuldades relatadas pelas famílias e pelas próprias crianças, também gostaríamos de saber quais os desafios apontados pelos professores e ou/ gestores

Gráfico 7 - Limites e desafios enfrentados pelos professores e gestores no ensino não presencial



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

As respostas relatadas foram as seguintes: Precariedade de acesso; manter o interesse na criança; falta de interação com a criança; falta de suporte tecnológico; falta de colaboração familiar; dificuldades para ministrar aula remota; interferência da gestão. Quanto a última resposta o participante relatou o seguinte: “Devido a imposição da gestão de manter as atividades normalmente vejo que as crianças ficam muito desestimuladas para continuar realizando as atividades. Também não existe a interação, que é de extrema relevância para a Educação Infantil.” (ENTREVISTA)

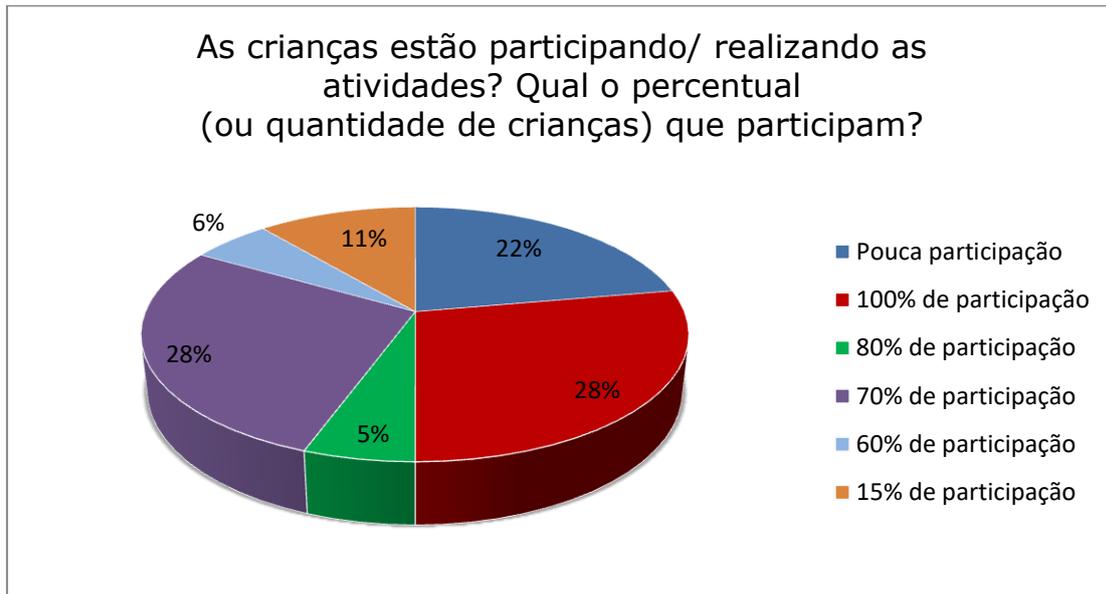
A educação infantil é multifacetada é nessa fase que a criança aprende inúmeras coisas, adquire conhecimento e ganha autonomia. Sua trajetória não é pautada por notas como nas outras fases de ensino, mas sim na aprendizagem e desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo, motor e social. Durante os últimos anos o educar e o cuidar são inseparáveis na fase da educação infantil, como podemos encontrar na Base Nacional Comum

Curricular: “Vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.” (BRASIL, 2018, p. 32). A falta desse contato vem gerando grandes dificuldades, pois através das telas, essa integração não acontece. É por meio do contato com o outro, que a criança aprende e recria significados, mas com a distância social existente, em decorrência da emergência sanitária mundial, esse contato precisou ser restringido. De acordo com Macêdo e Dias:

As formas de comunicação entre as crianças e o adulto cuidador são múltiplas e diferenciadas, as quais estão imbuídas de sentimentos, de emoções e, sobretudo, de subjetividade, de formação da autoestima e de constituição da identidade da criança. Tudo isto implica em atos de cuidado e educação. A forma como a professora concebe as manifestações das crianças, as interações criança-criança, criança-adulto, as mediações resultantes das atividades de higiene, de alimentação, de música, de leitura, entre outras, estão intrinsecamente relacionadas, mediadas pelos atores do processo educativo que vão ressignificando os conteúdos trazidos por cada um. (MACÊDO e DIAS, 2006, p. 5 e 6)

Em todos os momentos os participantes sempre relatam a dificuldade de acesso às aulas remotas, talvez esse seja o maior desafio encontrado pelos professores, gestão, instituição, e famílias e esse problema foge do controle das instituições escolares e familiares, afinal, nesse momento o poder público deveria criar políticas públicas de assistência às famílias mais carentes, fazendo com que esse público fosse atendido em suas necessidades mais urgentes, de saúde, de alimentação e de acesso as aulas remotas.

A partir dessas dificuldades relatadas indagamos os participantes sobre qual seria o percentual de participação dos alunos mediante as aulas remotas, e podemos observar os resultados a partir do gráfico:

Gráfico 8 - Participação das crianças nas aulas remotas

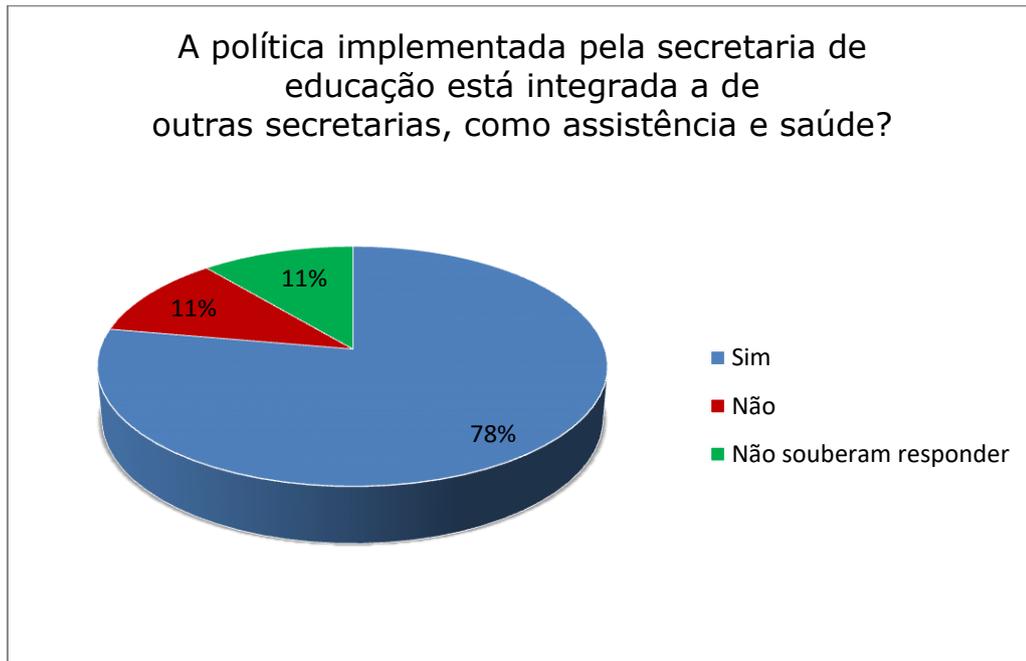
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

Como destacado no gráfico acima as respostas foram as seguintes: 28% dos participantes afirmaram que 100% das crianças participam das aulas em formato remoto; 5% afirmaram que 80% das crianças estão presentes; 28% afirmaram que 70% de seus alunos estão participando; 6% afirmaram que 60% dos seus alunos participam das aulas remotas; 11% afirmaram que apenas 15% estão presentes; e 22% afirmaram que possuem pouca participação em suas aulas remotas, mas não informaram em números quanto seria essa participação. No total, 67% dos entrevistados afirmaram que a participação das crianças está entre 60% a 100% nas atividades remotas.

A parcela de crianças que estão participando, de forma efetiva das aulas remotas sobressai, em comparação aos que não estão participando, mas vale ressaltar que apenas 28% dos entrevistados afirmaram que toda a turma está presente nas aulas, ou seja, nas demais respostas onde afirmaram que a turma participa 80%, 70%, 60%, existe uma quantidade de crianças que continuam sem acesso a Educação Infantil nesse momento de pandemia.

Por último, houve o questionamento: A política implementada pela secretaria de educação está integrada a de outras secretarias, como assistência e saúde? E as respostas foram as seguintes:

Gráfico 9 - Integração das secretarias para implementação de políticas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021)

É possível constatar que 78% dos participantes afirmaram que a política implementada pela secretaria de educação está integrada com outras secretarias, como no caso da secretaria de saúde. 11% afirmaram que não estão em consonância e 11% não soube responder à questão realizada. Mesmo em um momento de calamidade pública 11% dos participantes relataram que não houve essa integração entre essas secretarias. A unidade de ação ou intersectorialidade entre as secretarias municipais e até estaduais tornaram-se extremamente necessárias nesse momento de pandemia, pois a educação, saúde e assistência social são direitos sociais e humanos fundamentais a serem garantidos para as pessoas, sobretudo as crianças, como propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com isso todas as ações deveriam ser pensadas coletivamente, visando uma consonância entre todos os segmentos, gerando assim mais segurança e assistência para as crianças e famílias.

Nesse momento, no qual, além do risco de contágio a crise econômica assola o país é imprescindível que as políticas, neste contexto de pandemia, que visem garantir saúde, segurança alimentar e educação sejam pensadas estrategicamente integradas, visando sempre o bem estar das crianças e de suas famílias.

Por fim, compreendemos que os desafios educacionais são incontáveis, falta comunicação entre as secretarias, falta formação continuada, não existem políticas públicas para resolver o problema das crianças que não possuem acesso à internet e a universalização

da etapa creche está longe de acontecer, isto porque estamos diante de um governo federal que tem demonstrado descaso com a educação pública.

6 CONCLUSÃO

O da presente pesquisa foi analisar como está ocorrendo a oferta das aulas remotas na Educação Infantil. As maiores dificuldades de todos os envolvidos para que as aulas ocorressem sem interrupções e principalmente, conhecemos quais eram as ações exercidas em conjunto com diferentes secretarias.

No tocante aos documentos lançados durante esse momento de calamidade pública, como a portaria emitida pelo Ministério da Educação, os pareceres lançados pelo Conselho Nacional de Educação e os decretos estabelecidos pelo Governo da Paraíba, constatamos que esses atores políticos não levaram em consideração a real especificidade da Educação Infantil e todos os indivíduos envolvidos nesse processo. Professores necessitaram ampliar suas cargas horárias, pois precisavam ministrar aulas em formato remoto e elaborar tarefas para as crianças, que não possuíam acesso à internet, familiares se viram responsáveis por auxiliar seus filhos com as tarefas diárias, mesmo que não possuíssem escolaridade necessária para tanto e as crianças foram confinadas em suas casas, sem contato com professores e outras crianças, atrasando assim sua aprendizagem sobre o outro e sobre as diferentes culturas.

observamos que a concordância de continuidade de aulas nesse momento de pandemia foi relevante, isso ocorreu, pois, a educação não poderia parar, principalmente pelo fato de não saber por quanto tempo o distanciamento social iria perdurar, com isso a maioria das respostas apontavam para a concordância da continuidade das aulas. No tocante a formação continuada. Para os professores atuassem no ensino remoto foi precária. A formação continuada é imprescindível para todos os educadores, pois a educação se modifica constantemente, exigindo assim mais das pessoas.

Observamos que os principais equipamentos e tecnologias utilizadas para as aulas remotas são celulares e notebooks. Compreendemos que dentre todos os aparelhos esse é o mais econômico encontrado no mercado, fazendo que as famílias o adquirissem com mais facilidade, também não demanda uma grande necessidade de internet como um computador, as próprias operadoras oferecem pacotes que podem ser contratados diariamente, tornando seu uso mais econômico. Quanto aos aplicativos e ferramentas utilizados o WhatsApp e as atividades impressas ocuparam posição importante, constatamos que muitas crianças ainda não possuem acesso às aulas remotas, ficando assim, dependentes de atividades impressas entregues a cada mês. O ensino ofertado a partir das tecnologias desencadeia, ainda mais as desigualdades sociais, excluindo aqueles que não possuem condições econômicas para

adquirir aparelhos que os conectem as aulas virtuais, mesmo quando esse ensino é realizado ainda é possível constatar muita precariedade.

Em linhas gerais, concluímos que a Educação Infantil não foi tratada com suas reais especificidades, pois foi incluída com os outros segmentos da educação básica, exigindo-se assim o cumprimento das 800 horas anuais. O poder público não emitiu nenhuma ação que visasse à inclusão de crianças sem acesso à internet e a equipamentos nas aulas remotas, deixando assim milhões de crianças sem acesso à educação entre 2020 e 2021. Ademais, a ação de dominação da educação pública por empresários vem se intensificando durante a pandemia, fazendo com que as entidades políticas sejam convenientes com suas decisões.

Por fim, compreendemos que esta pesquisa foi de suma importância para compreender como se encontrava a Educação Infantil nesse momento de pandemia e quais eram as ações exercitadas para a continuidade das aulas. Concluímos que as políticas públicas são mínimas, principalmente para a população mais carente. No Brasil a educação infantil, ainda não tem a devida importância, pois está ainda é vista como preparatória para os outros níveis de ensino ou como mera assistência aos pobres.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?lang=pt#:~:text=Pode%2Dse%20afirmar%20que%20o,s%C3%A3o%2C%20historicamente%2C%20no%20Brasil%2C>> . Acesso em: 01 out. 2021.

ARRUDA, Graziela Queiroz; SILVA, Joelma Santana Reis; BEZERRA, Maria Aparecida Dantas. **O Uso das Tecnologias e as Dificuldades Enfrentadas Por Educadores e Educandos Em Meio a Pandemia.** Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID_2426_04092020084651.pdf> Acesso em: 03 de out. de 2021.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, R. F. M; MARTINS, R. L. D. L; MELO, A. S. **A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR:** avanços e retrocessos. *Movimento-Revista de Educação*, Niterói, ano 6, n.10, p. 147-172, jan./jun. 2019

BITTENCOURT, P. A. S; ALBINO, J. P. **O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI.** *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v.12, n.1, p. 205-214, 2017.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a emenda n. 59 de 2009. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 22 de out. de 2021.

BRASIL. LEI nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009.** *Diário Oficial da União*, Brasília, (DF), 2020c.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CP No 5/2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.** *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), 2020d.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA** (Lei n. 8.069), Brasília 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 01 de out. de 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 26 jun. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>> Acesso em: 01 de out. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc> >. Acesso em 25 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** /Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010^a.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020. Disponível em: . Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 05/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020>> . Acesso em: 15 de nov de 2021

BRASIL. **Emenda constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm > Acesso em: 03 Dez. 2021.

CAMPOS, Roselane Fátima; DURLI, Zenilde. **Infância Confinada: liturgias de escolarização e privatização da Educação infantil**. Revista Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 221-243, jan./jan., 2021.

CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O Impacto da Pandemia na Educação: a Utilização da Tecnologia Como Ferramenta de Ensino**. Disponível em: <<http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf>> Acesso em 30 de out. de 2021.

COSTA, Antonia Erica Rodrigues; NASCIMENTO, Antonio Wesley Rodrigues do. **Os Desafios do Ensino Remoto em Tempos de Pandemia no Brasil**. In: Congresso Nacional de Educação, VII, 2020, Maceió - AL.

DEMO, Pedro. É preciso estudar. In A. M. de Britto. **Memórias de formação: registros e percursos em diferentes contextos**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2007.

FREIRE. P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: “Paz e Terra”, 1996.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986

GIROUX, Henry Armand. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 298.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2010.

KUHLMANN, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos; **Adeus professor, adeus professora?** : novas exigências educacionais e profissão docente. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

Linhares, M. B. M., & Enumo, S. R. F. (2020). **Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil**. Estudos de Psicologia (Campinas), 37, e200089. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341958747_Reflexoes_baseadas_na_Psicologia_sobre_efeitos_da_pandemia_COVID-19_no_desenvolvimento_infantil> Acesso em: 20 de nov de 2021.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. **A Infância Resiste À Pré-escola?**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Da Paraíba - UFPB, João Pessoa- PB, 2014.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro de; DIAS, Aelaide Alves. O cuidado e a educação enquanto práticas indissociáveis na educação infantil. **Reunião anual da Anped**, v. 29, 2006.

MACEDO, Nayara Alves; PESSANHA, Fabiana Nery de Lima; ALENCAR, Carolina Silva de. **Escola da Pequena Infância e Alguns Paradoxos no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Olhar de Professor, vol. 23, 2020, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/684/68464195019/68464195019.pdf>> Acesso em 12 de mai. de 2021.

MACEDO, R.M. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de, **Educação Infantil: fundamentos e métodos**, 7ª. Ed., São Paulo: Cortez, 2011.

Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2020). A framework to guide an education response to the COVID- 19 Pandemic of 2020. OCDE. Disponível em: https://www.hm.ee/sites/default/files/framework_guide_v1_002_harward.pdf Acesso em: 30 de nov de 2021.

PARAÍBA. **Decreto Nº 40.128**. Disponível em: < <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/janeiro/marco/diario-oficial-19-03-2020.pdf/>> . Acesso em 22 nov. 2021.

PARAÍBA. **Decreto Nº 41.120**. Disponível em: < https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos-1/decretos-e-leis/protecao-social/DECRETON41.120DE25DEMARODE2021.pdf> . Acesso em 22 nov. 2021.

PICCININ, Priscila V. **A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural**. 2012. 76 fls. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2012%20PRISCILA%20VANESSA%20PICCININ.pdf>> Acesso em 25 de mai de 2021.

UNICEF. Covid-19: Pelo menos um terço das crianças em idade escolar não consegue acessar o ensino a distância durante o fechamento das escolas, diz novo relatório do UNICEF. Notícia de 27 de Agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-pelo-menos-um-terco-das-criancas-em-idade-escolar-nao-consegue-acessar-ensino-a-distancia>> Acesso em: 28 de out 2021.